



A caricatura na imprensa semanal e diária do Rio Grande

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

142



UNIVERSIDADE
ABERTA
www.uab.pt
Cátedra CIPSH
de Estudos Globais
2020-2025



A caricatura na imprensa semanal e diária do Rio Grande



COLEÇÃO
RIO-GRANDENSE

- 142 -



CONSELHO EDITORIAL/CIENTÍFICO

Alvaro Santos Simões Junior

- Universidade Estadual Paulista – Assis -

António Ventura

- Universidade de Lisboa -

Beatriz Weigert

- Universidade de Évora -

Carlos Alexandre Baumgarten

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul -

Ernesto Rodrigues

- CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco Gonzalo Fernandez Suarez

- Universidade de Santiago de Compostela -

Francisco Topa

- Universidade do Porto -

Isabel Lousada

- Universidade Nova de Lisboa -

João Relvão Caetano

- Cátedra CIPSH de Estudos Globais (CEG) -

José Eduardo Franco

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Maria Aparecida Ribeiro

- Universidade de Coimbra -

Maria Eunice Moreira

- Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul –

Maria Cristina Firmino Santos

- Universidade de Évora -

Vania Pinheiro Chaves

- CEG e CLEPUL – Universidade de Lisboa -

Francisco das Neves Alves

A caricatura na imprensa semanal e diária do Rio Grande



CIPSH
INTERNATIONAL COUNCIL FOR PHILOSOPHY AND HUMANISTIC STUDIES
CONSEIL INTERNATIONAL DE LA PHILOSOPHIE ET DES SCIENCES HUMAINES

UNIVERSIDADE
AbERTA 
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



Biblioteca Rio-Grandense

Lisboa / Rio Grande
2026

DIRETORIA DA CÁTEDRA DE ESTUDOS GLOBAIS DA UNIVERSIDADE ABERTA/CIPSH/UNESCO

DIREÇÃO:

José Eduardo Franco (Coord)
Carla Oliveira
Cécile Méadel
Fabrice d'Almeida
João Luís Cardoso
José Ignacio Ruiz Rodríguez
Valérie Dévillard
Pierre-Antoine Fabre

COMISSÃO PEDAGÓGICA:

João Relvão Caetano (Coord.)
Darlinda Moreira
Jeffrey Scoot Childs
Rosa Sequeira
Sandra Caeiro

ASSESSORIA EXECUTIVA:

Cristiana Lucas (Coord.)
José Bernardino
Milene Alves
Paula Carreira
Susana Alves-Jesus

DIRETORIA DA BIBLIOTECA RIO-GRANDENSE

Presidente: Francisco das Neves Alves
Vice-Presidente: Pedro Alberto Távora Brasil
Diretor de Acervo: Ronaldo Oliveira Gerundo
1ª Secretária: Luciana Coutinho Gepiak
2º Secretário: Marcelo França de Oliveira
1º Tesoureiro: Valdir Barroco
2º Tesoureiro: Mauro Nicola Póvoas

Ficha Técnica

- Título: A caricatura na imprensa semanal e diária do Rio Grande
- Autor: Francisco das Neves Alves
- Coleção Rio-Grandense, 142
- Composição & Paginação: Marcelo França de Oliveira
- Cátedra de Estudos Globais da Universidade Aberta/CIPSH/UNESCO
- Biblioteca Rio-Grandense
- Lisboa / Rio Grande, 2026

ISBN - 978-65-5306-122-4

CAPA: O DIABRETE. Rio Grande, 11 jan. 1880

O autor:

Francisco das Neves Alves é Professor Titular da Universidade Federal do Rio Grande, Doutor em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul e realizou Pós-Doutorados junto ao ICES/Portugal (2009); à Universidade de Lisboa (2013), à Universidade Nova de Lisboa (2015), à UNISINOS (2016), à Universidade do Porto (2017), à PUCRS (2018), à Cátedra Infante Dom Henrique/Portugal (2019), à UNESP (2020) e à Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII (2021). Entre autoria, coautoria e organização de obras, publicou mais de trezentos livros.

SUMÁRIO

A guerra dos semanários caricatos: *Maruí X O Diabrete* / 11

O projeto de inserção da arte caricatural nas edições do diário *Eco do Sul* / 63

A guerra dos semanários caricatos: *Maruí X O Diabrete*

A arte caricatural no Brasil teve na imprensa periódica um fator de difusão fundamental, levando tal criação artística a um público significativamente mais amplo. Nesse sentido, além da inserção das caricaturas em alguns dos tradicionais jornais diários, como uma forma complementar ao seu norte editorial propalado como uma representação do periodismo sério, surgiram várias revistas ilustrado-humorísticas, especializadas na reprodução daquela arte. Trazendo a associação entre a imagem e o texto, praticando um jornalismo crítico-opinativo e lançando mão dos recursos da jocosidade, da ironia e do sarcasmo, tais publicações ampliaram seu número de leitores. Tais folhas não poupavam os alvos de suas tiradas críticas, buscavam moralizar a sociedade, apontando as mazelas que a afligiam e sustentavam múltiplas polêmicas contra variados segmentos das comunidades onde circulavam. Essas formas de abordagem serviam para ampliar a popularidade desses semanários que se espalharam pelo país ao longo do século XIX¹.

¹ Observar: FLEIUSS, Max. A caricatura no Brasil. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1917, tomo 80, p. 587-609.; LEMOS, Renato. *Uma História do Brasil através da caricatura (1840-2006)*.

Esse processo de expansão das publicações ilustrado-humorísticas se verificou igualmente no Rio Grande do Sul, onde frutificaram vários hebdomadários destinados a divulgar a arte caricatural, notadamente na capital, Porto Alegre, na cidade que enriqueceu a partir das atividades charqueadoras, Pelotas, e do grande entreposto mercantil, o Rio Grande². Esta urbe portuária passou por uma etapa de crescimento econômico por meio do comércio, originando-se a partir daí um crescimento demográfico e um certo aprimoramento cultural, em meio ao qual teve no período entre as décadas de 1870 e 1890 um fluxo praticamente contínuo de periódicos caricatos, com a edição de diversos títulos, dentre eles *O Amolador*, *O Diabrete*, o *Maruí* e o *Bisturi*³.

Dentre eles, o *Maruí* que circulou na cidade do Rio Grande entre 1880 e 1882. O caráter incisivo era

Rio de Janeiro: Bom Texto Editora e Produtora de Arte, 2001.; LIMA, Herman. *História da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963.; MAGNO, Luciano. *História da caricatura brasileira: os precursores e a consolidação da caricatura no Brasil*. Rio de Janeiro: Gala Edições, 2012.; SINZIG, Pedro. *A caricatura na imprensa brasileira: contribuição para um estudo histórico-social*. Petrópolis: Vozes, 1911.; TÁVORA, Araken. *D. Pedro II e o seu mundo através da caricatura*. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1976.; e WERNECK, Humberto. *A revista no Brasil*. São Paulo: Editora Abril, 2000.

² Verificar: FERREIRA, Athos Damasceno. *Imprensa caricata do Rio Grande do Sul no século XIX*. Porto Alegre: Globo, 1962.

³ Ver: ALVES, Francisco das Neves. *A pequena imprensa rio-grandina no século XIX*. Rio Grande: Editora da FURG, 1999. p. 165-245.; e ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895)*. Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 389-469.

marca registrada dos semanários ilustrado-humorísticos voltados à sátira e à caricatura, ficando tal característica muitas vezes refletida no próprio título que escolhiam para si. Esse foi o caso do *Maruí*, cuja denominação vinculava-se ao termo “maruí”, ou “maruim”, referindo-se a um inseto díptero da família dos Quironomídeos. Assim, a exemplo de outros periódicos que adotaram denominações de insetos, o nome *Maruí* revelava as intenções do semanário de executar, analogicamente, as atitudes de um inseto, ou seja, “picar”, “produzir ardor ou comichão”, promovendo intensa agitação na sociedade da comunidade portuária⁴.

Esse hebdomadário começou a circular em 4 de janeiro de 1880, seguindo os padrões das folhas caricatas da época, ao editar oito páginas, divididas meio a meio entre textos e desenhos. Em seu frontispício, apresentava-se como “periódico ilustrado, satírico e recreativo”. Sua impressão era realizada em tipografia/litografia própria e o custo de sua assinatura variou de 14\$000 ao ano; 7\$500 ao semestre; e 4\$000 ao trimestre, passando posteriormente para 16\$000 (ano); 9\$000 (semestre) e 5\$000 (trimestre). Suas edições semanais saíam aos domingos. O *Maruí* ofereceu ao povo rio-grandino muitas páginas de sátira, bastante apreciáveis e, em muitas ocasiões, foi feliz na animação de seus bonecos postos em movimento com graça e oportunidade⁵. O seu programa foi expresso na forma de um poemeto satírico, revelando algumas de suas intenções:

⁴ ALVES, 1999, p. 194-195.

⁵ FERREIRA, Athos Damasceno. *Artes plásticas no Rio Grande do Sul (1755-1900)*. Porto Alegre: Globo, 1971. p. 342-343.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

O meu programa defini-o
Sem rodeios, francamente:
Pretendo ver se enriqueço
Trabalhando honestamente.

Às donzelas rio-grandenses
Venho pedir proteção,
Sabendo que elas possuem
Um sensível coração.

Abri, pois, as vossas bolsas
Ao travesso *Maruí*,
Se estiverem recheadas
Não sairei mais daqui!

Eu sou um pequeno inseto
Ligeiro, alegre e taful,
A volitar buliçoso
Por estas plagas do sul!

Tranquilizai-vos, leitoras,
Não tem veneno o ferrão,
Posso, pois, em vossos rostos
Ir dar um leve chupão!

Não vou manchar minhas asas
Pelo lodo dos paus,
Desprendo o voo ligeiro
Só nos espaços azuis!

Vossas bolsas sejam flores
Em que chupe o *Maruí*;
Se vossos risos brotarem
Não hei de siar daqui!

Não irei aos aposentos
Das esposas recatadas,
Ferir alheios melindres
Com grosseiras assoadas.

A vós também mocidade
Dos clubes carnavalescos,
Que alegrais a sociedade
Com vossos ditos burlescos;

Que desfraldais sempre às auras
O garboso pavilhão,
Pedimos o vosso auxílio
Sem recear um *carão!*

Imprensa da minha terra,
Forte, ousada paladina
Que pregais os vossos programas
Em toda e qualquer esquina;

E vós também, ó sectários
Da chinesa emigração,
Sineiros, padres, marujos
E Jacinto garrafão;

Atendei: abri as portas
Ao zunidor *Maruí,*
Que vos dará mais prazeres
Que a cachaça Parati!

Se por acaso, indiscreto
For pousar num toucador,
Não tende susto, leitoras,
Não faço intrigas de amor!

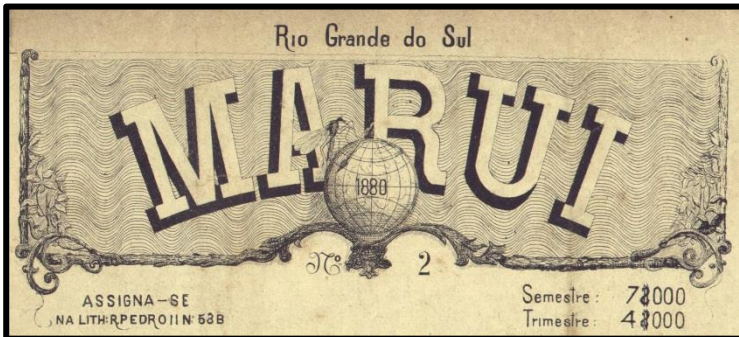
FRANCISCO DAS NEVES ALVES

Alegre como as crianças,
Franco, honesto e folgazão,
Quero abrir as minhas asas
Ao quente sol do verão!

Gozar a vida, que é breve,
Sempre a rir, sempre a brincar,
Desprezando vãs tristezas
Num constante volitar!

Se me dais algumas *notas*
Conto pilhérias a mil;
(Mas essa *notas* que sejam
Do tesouro do Brasil)!

Eis o meu programa
Variado, apetitoso!...
E sem mais, caros fregueses,
Eu me despeço saudoso!
(MARUÍ, 4 jan. 1880)



Polêmico desde seus números iniciais, o *Maruí* manteve tal característica até os seus derradeiros números, vindo a desaparecer em maio de 1882. Esse

tipo de reação adversa para com o semanário vinha ao encontro de sua postura profundamente crítica e moralizadora, não poupando ninguém e elegendo vários alvos diferentes em meio à sociedade em meio a qual era publicado. Tal comportamento levou à formação de um considerável grupo de indivíduos insatisfeitos para com a publicação caricata e por vezes até de inimigos declarados da mesma. Isso ocorreu inclusive com relação à própria imprensa, visto que os responsáveis pela edição dos demais jornais também caíam nas malhas críticas do *Maruí*, gerando inimizades até mesmo no âmbito do periodismo. Isso ocorreria ainda nos primeiros meses de existência do hebdomadário, durante os quais desenvolveu pesadas querelas contra outro periódico ilustrado-humorístico rio-grandino denominado *O Diabrete*.

Com o título inspirado na figura diabólica, *O Diabrete* pretendia ser um pequenino diabo, que fazia travessuras, ou ainda, que expunha as travessuras da sociedade. Mais antigo, *O Diabrete* passou a circular em julho de 1875, tornando-se um dos mais duradouros ilustrado-humorísticos rio-grandinos, sendo editado até abril de 1881. O semanário possuía oito páginas, metade das quais ocupadas por desenhos, e era assinado, na província a 5\$000 trimestrais, e “fora” dela, a 6\$000 trimestrais; custava 500 réis o número avulso. Apresentava dois dísticos: *Lectore dilectanti pariterque monendo* e *Sceleritates punit risus*. Na sua primeira edição, o hebdomadário se apresentava ao público:

Sem constituir postes de injustificáveis agressões,
O Diabrete procurará timbrar pelo razoável de
suas apreciações e apanhados, erguendo por

divisa no pórtico de sua propriedade a seguinte legenda que lhe será norma em suas árduas pugnas: “*Lectore dilectanti pariterque monendo*”. (...) Quando a generalidade dos leitores, beatificamente (...) diz com a devoção que lhe é peculiar: “Livre-nos Deus da tentação do demônio”, é, sem dúvida, árduo trabalho apresentar-lhe este *Diabrete* e pedir-lhe não só que se familiarize com ele, como ainda mais, que lhe dispense a valiosa e nunca assaz louvada proteção, que a esmo dispensam a outros “diabretes” de formas várias que por aí vivem a levar a mais perigosa ebulição a incautos e desprevenidos corações. (DIABRETE, 4 jul. 1875)



Segundo o periódico, a imprensa tinha um importante papel na sociedade, considerando que a sua “missão” era “nobre e sagrada, quando é verdadeiramente compreendida e posta em prática com abnegação, imparcialidade e independência”, sendo estes os “predicados que deve tomar por divisa”.

Considerava a imprensa como “o escudo do povo e a barreira que se antepõe entre este e os golpes e desmandos emanados da arbitrariedade do poder”. Demarcava ainda que “a pena do jornalista, como a espada da justiça, deve estar sempre prestes, para, sem distinção, castigar os culpados ou defender as vítimas destes” (DIABRETE, 7 nov. 1875). De acordo com tal pensamento sobre a relevância do jornalismo, o semanário apresentava-se como portador de uma função dentro da comunidade, enfatizando que a sociedade estava “a necessitar de um reformador”, com o que pensava “dar prova de sua abnegação, tomando sobre seus ombros esse encargo” (5 out. 1879). Ao adotar tal “missão”, *O Diabrete* provocou vários desentendimentos em meio à urbe portuária, inclusive com seus colegas jornalistas, como foi o caso das querelas com o *Maruí*.

Os enfrentamentos do *Maruí*, cujo proprietário era Henrique Marcos Gonzales, com *O Diabrete*, propriedade de Francisco Luiz de Campos Júnior, advinham de desentendimentos entre ambos, originados ainda antes da criação daquele, de modo que o *Maruí* surgiu para combater o congêner e mesmo concorrer com ele, transformando-o em adversário⁶. Já em sua primeira edição, o novo semanário atacava o colega mais antigo, publicando na última página um conjunto de caricaturas trazendo as “Peripécias de um zoilo”, referindo-se ao outro como um indivíduo movido por inveja ou má vontade. Nas caricaturas *O Diabrete* tinha a sua tradicional representação, o bobo da corte, que carregava o crayon e tocava um bumbo, em sinal do alarde que buscava provocar com suas edições, e era

⁶ FERREIRA, 1962, p. 169-177.

FRANCISCO DAS NEVES ALVES

atacado primeiro por um misto de jornal e mosquito, para depois sofrer o ataque de uma nuvem de maruís. A legenda era também ameaçadora: “Não fica impune que nos *invade as atribuições*, alardeando sem prévia licença o nosso aparecimento”, o que seria “o mesmo que dizer mexeu na *colmeia* e viu o resultado (MARUÍ, 4 jan. 1880).







A figura do bobo da corte foi utilizada recorrentemente para designar a própria ação caricatural, tanto que além de *O Diabrete*, o próprio *Maruí*, mais adiante também incorporaria essa representação. Isso advém da perspectiva de que o personagem em pauta é aquele que se refere em tom duro às coisas agradáveis e em tom jocoso às terríveis. Quanto ao simbolismo, o bobo da corte constitui a inversão do rei, não sendo um personagem necessariamente cômico, mas sim dual⁷. Tal qual um palhaço, o bobo da corte é tradicionalmente a figura do rei assassinado, simbolizando a inversão da compostura régia nos seus atavios, palavras e atitudes. Nesse quadro, a majestade passa a ser substituída pela chalaça e a irreverência; a soberania, pela ausência de toda a autoridade; o temor, pelo riso; a vitória pela derrota; os golpes dados pelos recebidos; as cerimônias as mais sagradas, pelo ridículo; e a morte, pela zombaria. Sinteticamente, ele é como que o reverso da medalha, o contrário da realeza, ou seja, a paródia encarnada⁸.

Ainda com referência ao simbólico, o bobo da corte representa a dualidade de todo o ser e da face do bufão que existe em cada um. Na corte dos reis, nos cortejos triunfais, nas peças cômicas, tal personagem está sempre presente, constituindo a outra face da realidade, aquela que a situação adquirida faz esquecer e para a qual se chama atenção. Ele exprime o anódino com gravidade e, como brincadeira, as coisas mais graves,

⁷ CIRLOT, Juan-Eduardo. *Dicionário de símbolos*. São Paulo: Moraes, 1984. p. 120.

⁸ CHEVALIER, Jean & GHEERBRANT, Alain. *Dicionário de símbolos*. 4.ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1991. p. 680.

encarnando uma consciência irônica para com os eventos. Quando se mostra obediente é sempre ridicularizando a autoridade por um excesso de solicitude, já quando imita as esquisitices ou falhas das pessoas, o faz inclinando-se obsequiosamente. O bobo assume assim feições para além de suas aparências cômicas, podendo ser bem compreendido e assumido como um duplo de si mesmo, não consistindo, portanto, simplesmente um personagem cômico, e sim a expressão da multiplicidade íntima da pessoa e de suas discordâncias ocultas⁹.

Nas querelas desenvolvidas entre o *Maruí* e *O Diabrete*, por diversas vezes foram utilizadas simbolicamente as figuras de animais. Nesse quadro, em todas as culturas, o uso da simbologia animal é um aspecto essencial nas reflexões sobre a natureza do ser humano, das características dos indivíduos e de suas sociedades, do mundo circunstante e de suas forças, e do cosmos como um todo. Dessa maneira, os seres humanos definem a si mesmos e o seu lugar no mundo, integrando-se ou contrapondo-se aos outros habitantes do universo. Além disso, nas sociedades com uma tradição consolidada de divindades antropomórficas, os animais são um elemento essencial no pensamento religioso e social¹⁰. Foi o caso do mosquito utilizado nas caricaturas originais do *Maruí* em oposição a *O Diabrete* e por diversas outras vezes, fazendo não só referência àquele, como representando o símbolo da agressividade

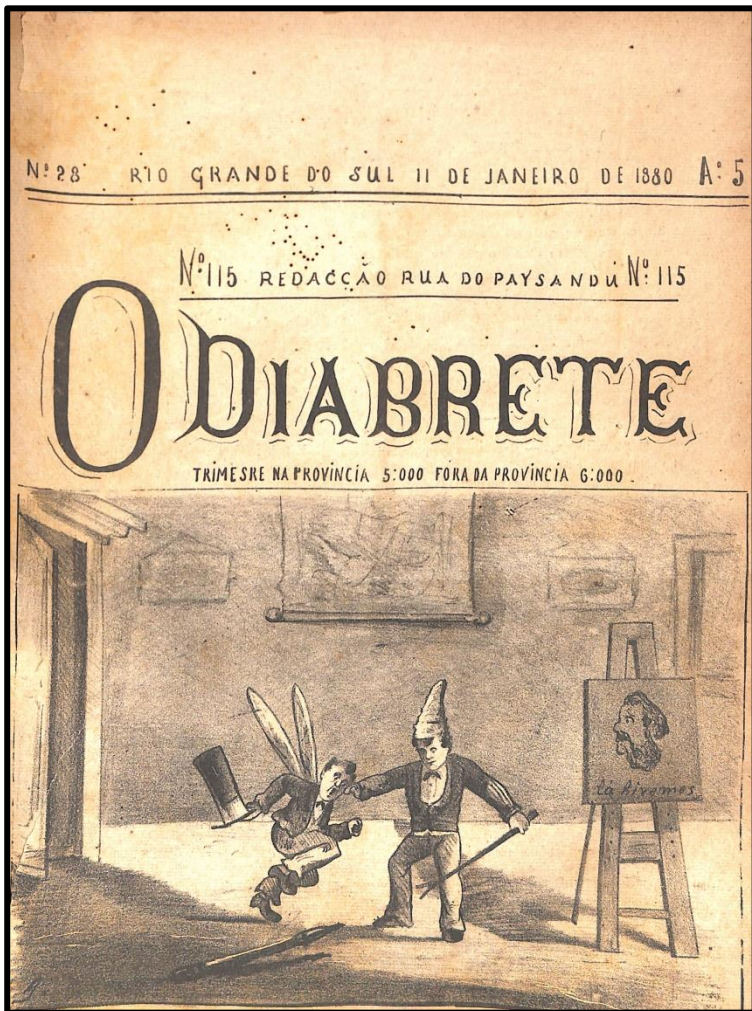
⁹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 147-148.

¹⁰ WALENS, Stanley. Animais. In: ELIADE, Mircea & COULIANO, Ioan Petru (orgs.). *Dicionário dos símbolos*. Petrópolis: Vozes, 2024. p. 45.

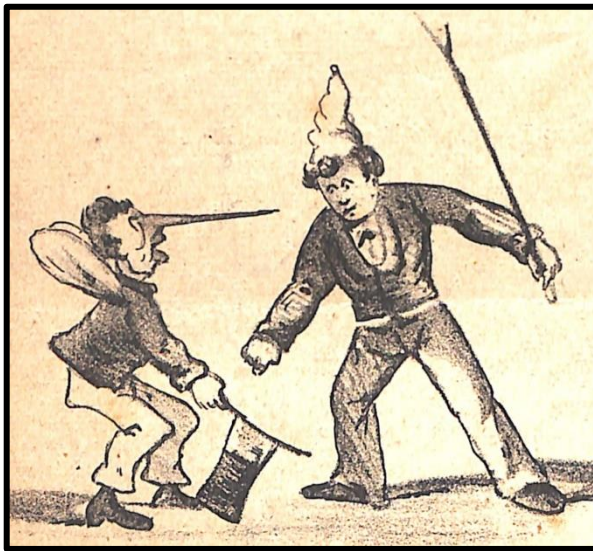
e do ser que procura obstinadamente violar a vida íntima de sua vítima e se alimenta de seu sangue¹¹.

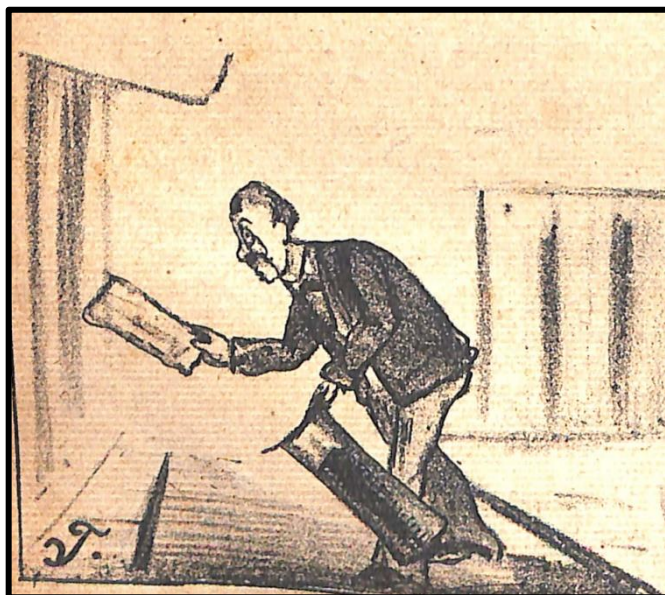
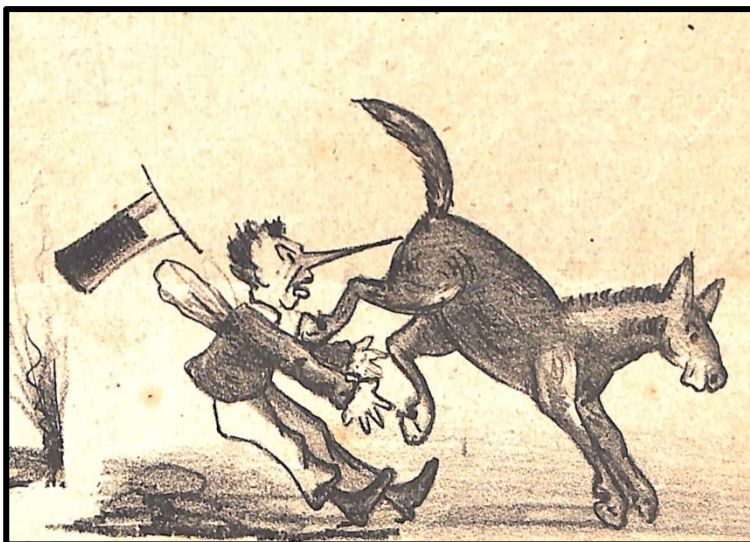
Reagindo às caricaturas da edição inicial do *Maruí*, a resposta de *O Diabrete* não fez esperar, trazendo na capa a representação dos dois periódicos, com o mais antigo puxando a orelha do mais novo e sentenciava: “Cresça e apareça, do contrário lhe aplicamos este chá de casca de vaca”. Também apresentou pequena nota sobre o surgimento do adversário, avisando que fora recebido “um jornalzinho ilustrado” e, carregando no tom irônico, dizia que a novel folha “encheu as medidas”, pois “tanto a parte ilustrada como o texto são de um espírito surpreendente”. Comentava ainda, mantendo a ironia, que, “palavrinha de honra, tivemos calafrios... e dissemos logo com os nossos botões: - esse rival... matanos!...”. Já em conclusão, declarava que: “Contudo, desejamos-lhe muitos anos de vida e mais um cento de assinantes... para o ano”. No mesmo número, a reação veio por meio da arte caricatural, estampando as “Peripécias de um bobo”, aparecendo o responsável pelo outro periódico como um criança, que nascera ontem, para em seguida adquirir as asas do maruí, dizendo que tinha ferrão e vindo a questionar se viria a ser bem recebido. O primeiro encontro foi com o bobo da corte, designando *O Diabrete*, de quem viria a levar um coice, passando depois a tentar distribuir o jornal, com grande insucesso quanto à recepção, vindo a amargar um grande volume de exemplares que não foram vendidos, lamentando que “todos me prometeram e todos faltaram-me” (O DIABRETE, 11 jan. 1880).

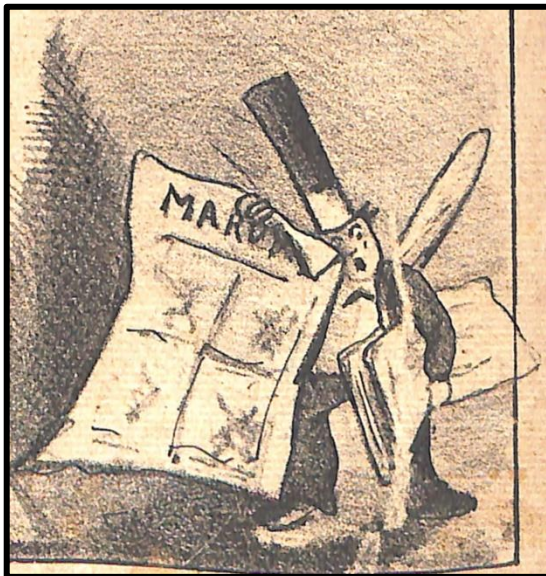
¹¹ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 623.











O retruque do *Maruí* não tardou, com a publicação de caricatura na qual sua redação assumia a feição do bobo da corte em trajes modernos, ao passo que *O Diabrete* era representado por um asno, que é o símbolo da ignorância e o emblema da obscuridade e até mesmo das tendências satânicas, indicando a busca de seduções materiais¹². Esta constituiu uma simbologia recorrente no tratamento entre os dois periódicos e, especificamente nessa ilustração, o bobo/*Maruí* ordenava ao outro: “Anda para lá, pertences a outra espécie...” (MARUÍ, 18 jan. 1880).

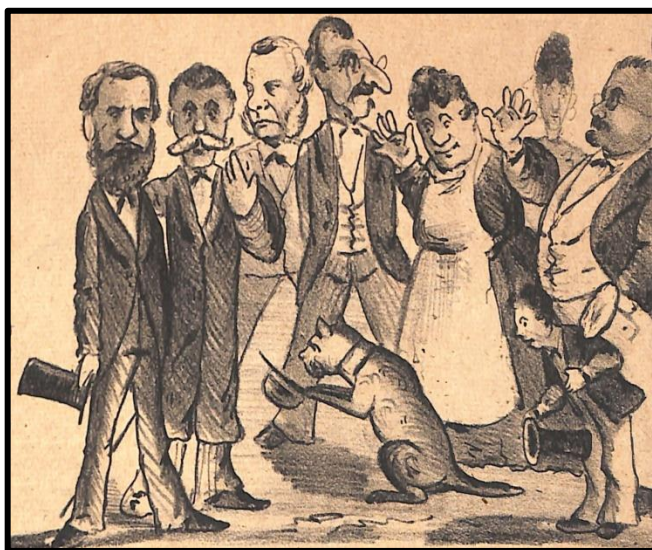


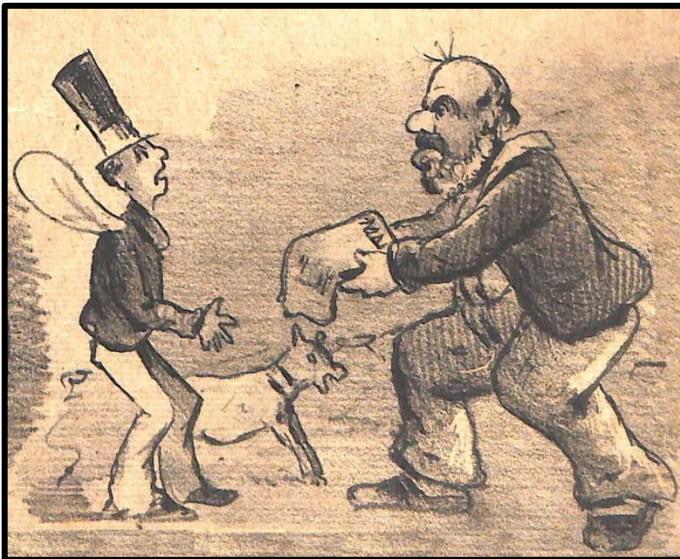
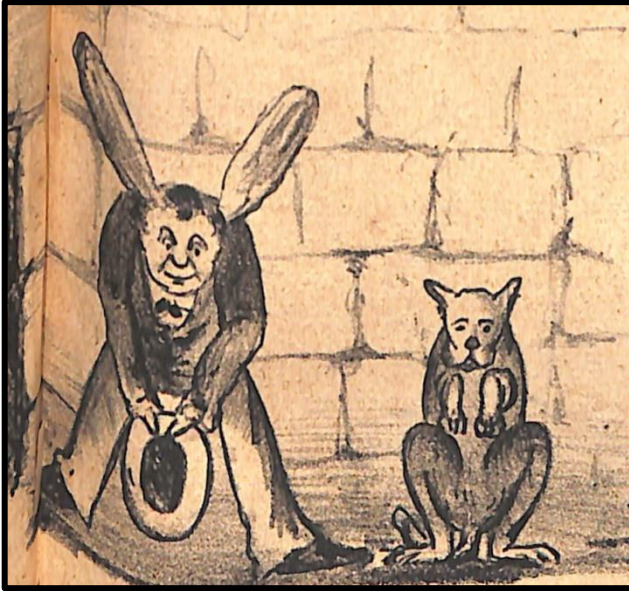
Além disso, a redação do semanário recém-fundado publicou artigo em defesa do seu proprietário, alegando que *O Diabrete* havia se referido ao mesmo. Dizia que não seria o seu propósito o de “comentar questões pouco proveitosas para o público”, mas, ainda

¹² CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 93-94.

assim, declarava que o seu diretor era “um artista laborioso”, que não desonrara “a quem quer que seja” o seu “proceder até o presente”. O argumento sustentava ainda que o responsável pela folha teria um “passado sempre de dedicação ao trabalho honesto e proveitoso”, o que constituiria “suficiente garantia” para o “acolhimento que o ilustrado público nos tem dispensado”. Ao final, constatava que não seria “por certo a má vontade do *Diabrete* origem da falta de apoio e proteção de que carece um artista consciencioso” no sentido de “firmar seus créditos no conceito público”, pois “modesta vida que tem levado a par de um trabalho honrado” viria a ser “suficiente garantia do presente e futuro de nossa empresa” (MARUÍ, 18 jan. 1880).

O *Diabrete* não deixou por menos e partiu para o ataque, ao publicar caricaturas em que o *Maruí* surgia como um bobo da corte com asas de mosquito que se encontrava abandonado, só tendo por companhia um cão de rua, o qual se tornou “o único amigo que teria encontrado nessa minha desventura”. Com seu novo “amigo”, o bobo tentava vender o periódico ao público, mas sem nenhum sucesso, restando a dupla sentar-se no meio da rua em desconsolo. Além disso, o “jornalista” teve de passar por outra situação delicada, com a devolução de um de seus exemplares por parte de indivíduo que não desejava ser assinante, por já ter “muito mosquito em casa” (DIABRETE, 18 jan. 1880).

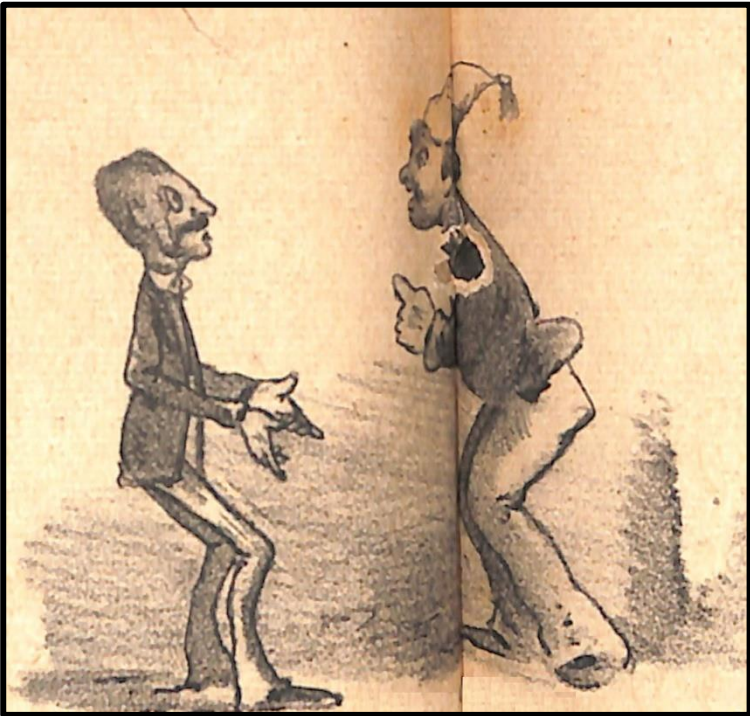
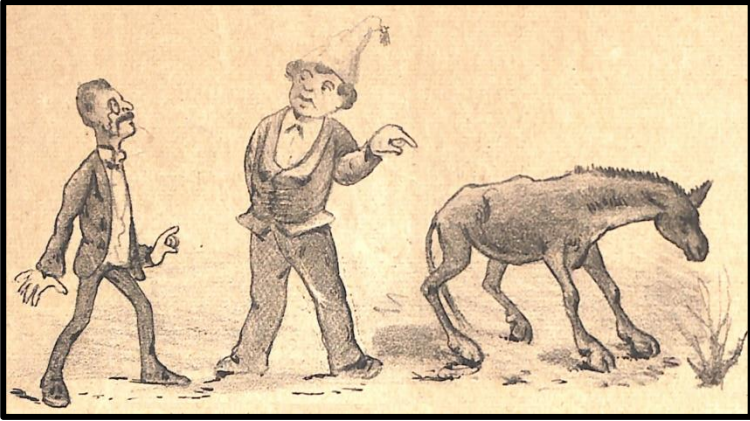


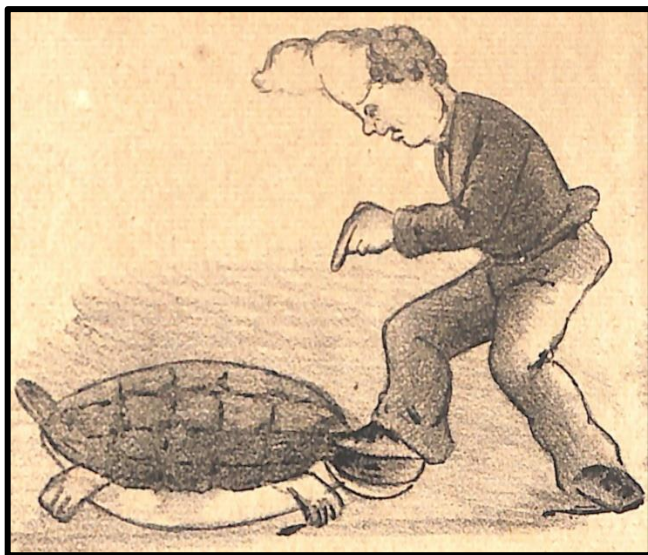


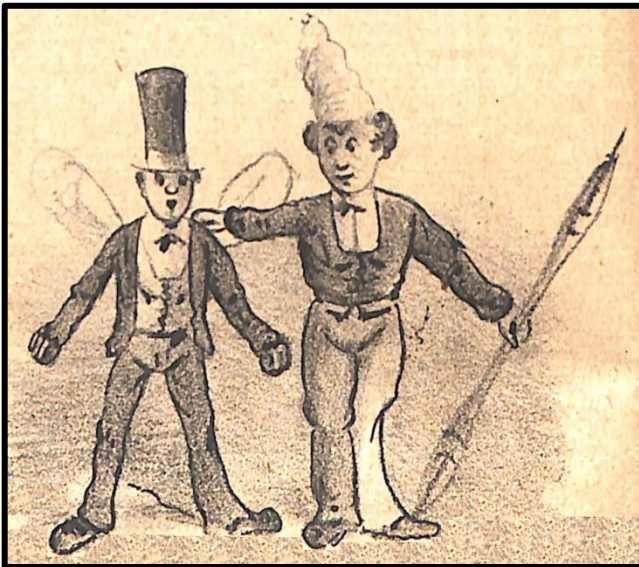
Em um novo conjunto de caricaturas de *O Diabrete*, vários dos desenhos faziam referência ao *Maruí*. As críticas direcionavam-se aos colaboradores do novel hebdomadário, um deles representando por um asno que enlouquecera, estando pobre e magro. O protagonismo era do bobo da corte que dizia ao proprietário do *Maruí* que iria colocar-lhe em sua “devida posição” e, voltando a referir-se aos colaboradores do rival, mostrava um como uma tartaruga, cujo simbolismo estende-se a todos os domínios do imaginário¹³, referindo-se nesse caso à lerdeza, ou seja, aquele que é pouco ativo e que se mexe ou faz movimentos com dificuldade ou com lentidão, cuja cabeça era esmagada aos pés do bobo, ao passo que o mesmo personagem puxava a orelha de outro dos apoiadores. O bobo da corte/*Diabrete* galopava o asno/*Maruí*, avisando que: “Montado nesta besta, previno ao público que olho vivo com ela”, de modo que “a assinatura do *Maruí* deve ser paga depois de finda, do contrário, é calote certo”. Ao final, o bobo/*Diabrete* comentava com seu congênere que aquela era a “má vontade” que tinha para com ele. Na mesma edição, o semanário apresentava em desenhos caricaturais o “pessoal do *Maruí*: desenhista, impressor e proprietário e redator”, os quais eram representados como animais com cabeça humana: uma tartaruga, um asno e um camelo - considerado como um animal impuro, repugnante e desagradável¹⁴ - ao passo que o último era associado a um enorme cão de guarda, em sinal de ferocidade (O DIABRETE, 25 jan. 1880).

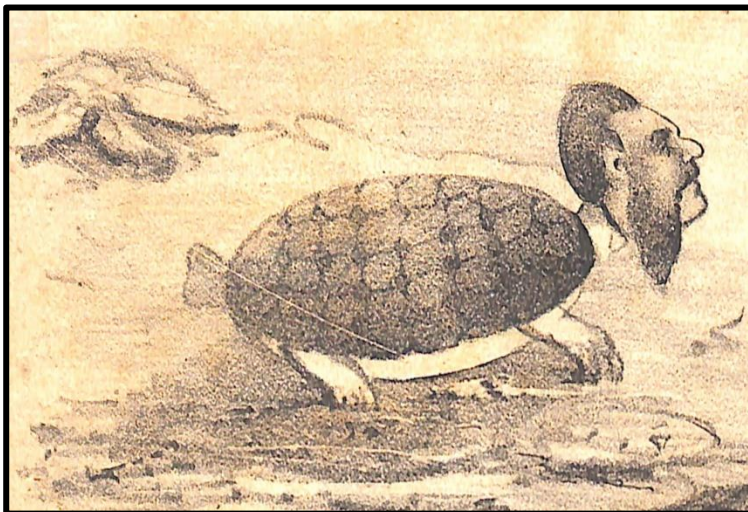
¹³ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 868.

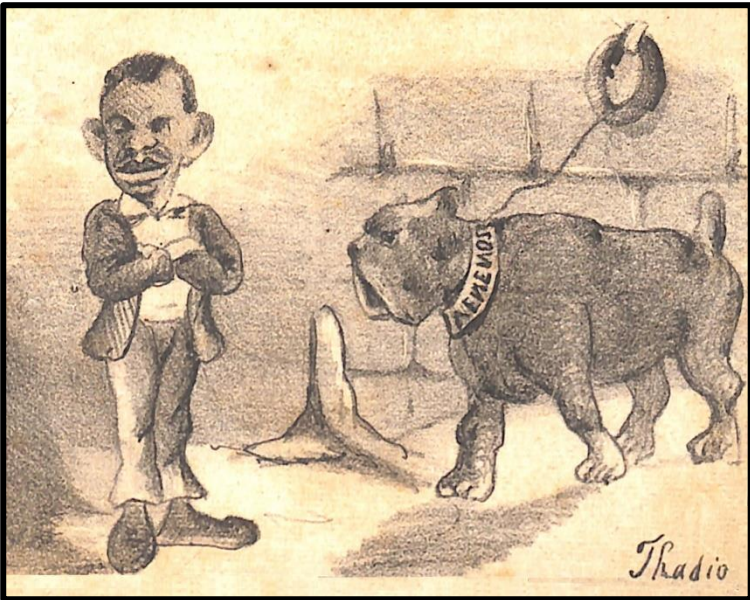
¹⁴ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 171.







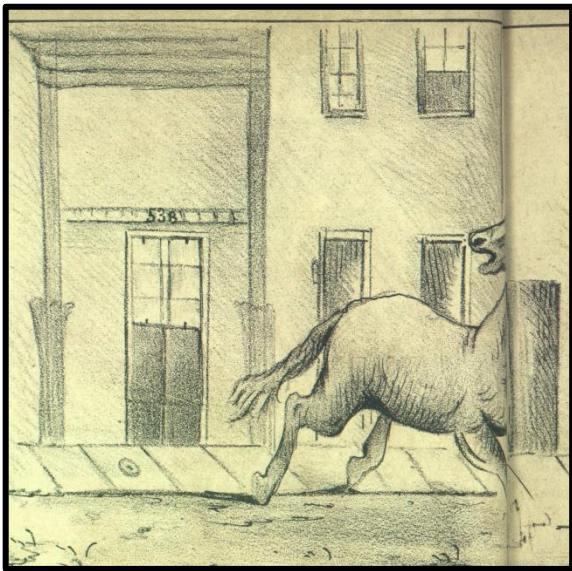
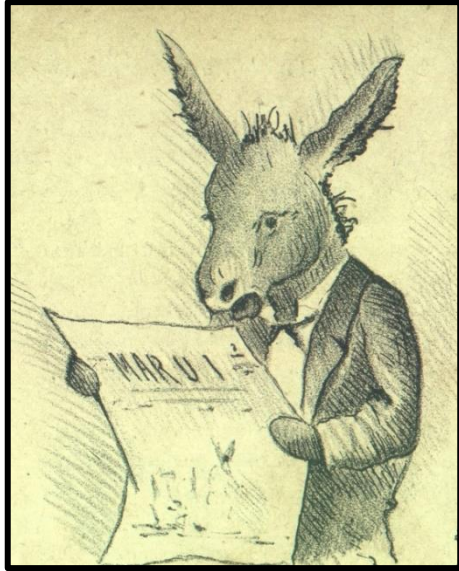


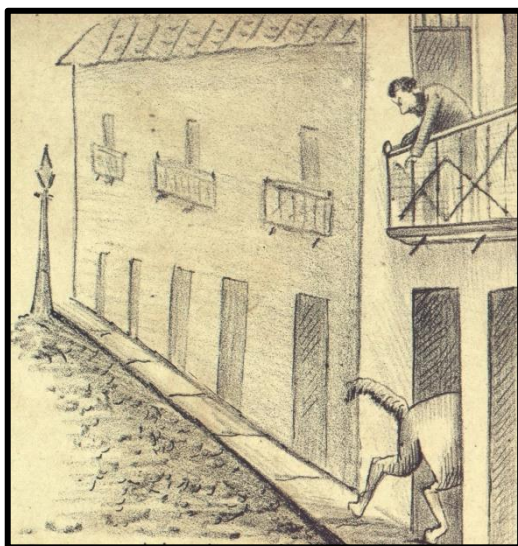


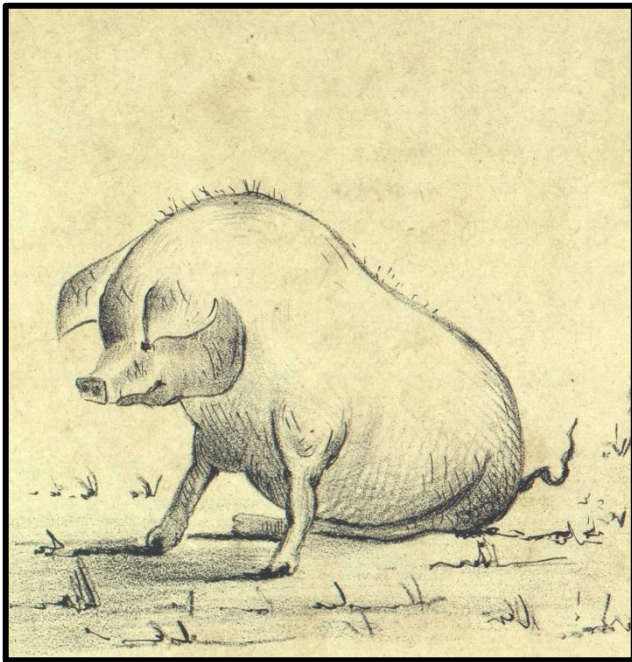
No mesmo dia, o *Maruí* voltava ao ataque, publicando várias caricaturas para atingir o rival. Dessa vez era *O Diabrete* que era desenhado com a cabeça do animal quadrúpede, que procedia à leitura de um exemplar da folha opositora, com a constatação de que “o asno caricato ficou com uma cara... de quem fez asneiras”. Em seguida, o *Equus asinus* era convertido completamente à zoomorfia, que passava a trotar pelas ruas, quebrava vidraças, até conseguir um lugar para descansar, encontrando alguém que tentou domá-lo. No conjunto de caricaturas seguinte, *O Diabrete* passou a ser representado como um porco, cujos intentos eram contestados. Tal animal é símbolo dos desejos impuros, da transformação do superior em inferior e do abismo amoral da perversão¹⁵. Além disso, o porco representa a comilança, a voracidade, ou seja, é aquele que devora e engole tudo o que se apresenta, aparecendo também com símbolo das tendências obscuras, sob todas as suas formas, da ignorância, da gula, da luxúria e do egoísmo¹⁶. Depois voltava a ser o “asno caricato”, que, espavorido, fugia até mesmo do ladrar dos cães (MARUÍ, 25 jan. 1880).

¹⁵ CIRLOT, 1984, p. 472.

¹⁶ CHEVALIER & GHEERBRANT, 1991, p. 734.



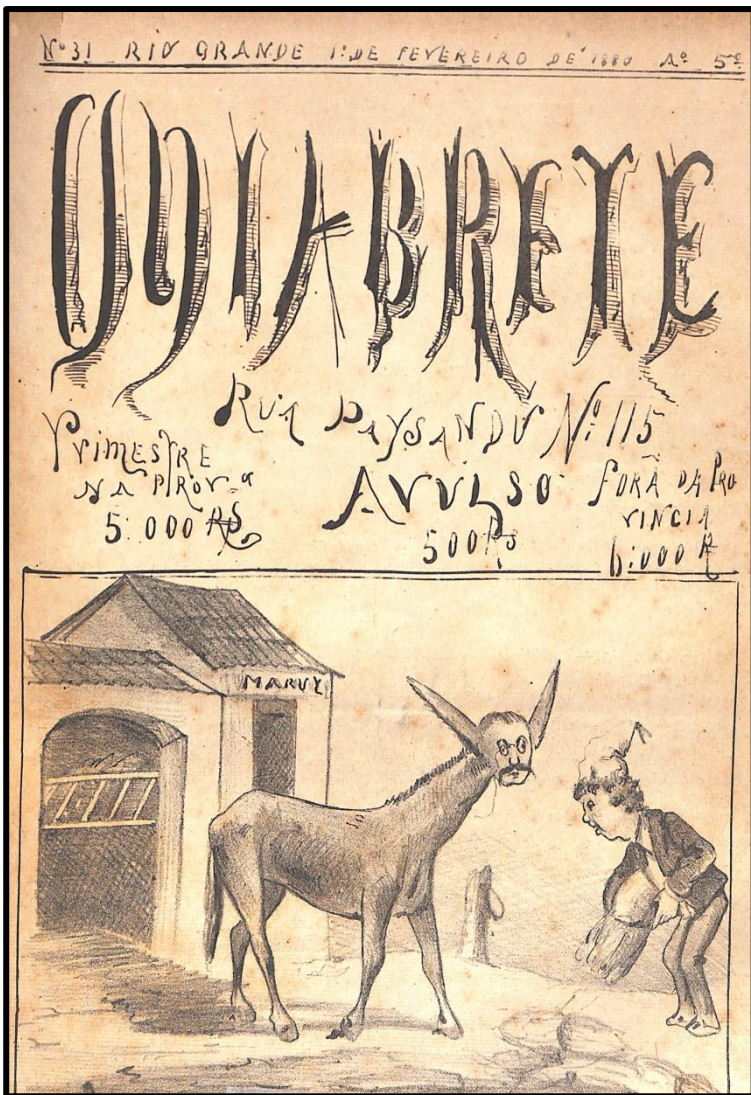






A réplica de *O Diabrete* vinha na capa, com o bobo da corte alimentando o “asno/*Maruí*”, que saía de suas “oficinas”, dizendo-lhe: “Toma lá besta o último feixe de capim. Outro qualquer dia te darei outra coisa”. Já em outra caricatura, a direção do antigo caricato, com uma vassoura jogava para fora do seu escritório os animais que tinham servido para representar o rival, com a afirmação: “Fora com este lixo”. Além disso, foi publicada uma coluna supostamente enviada por correspondente da cidade vizinha de Pelotas. Em

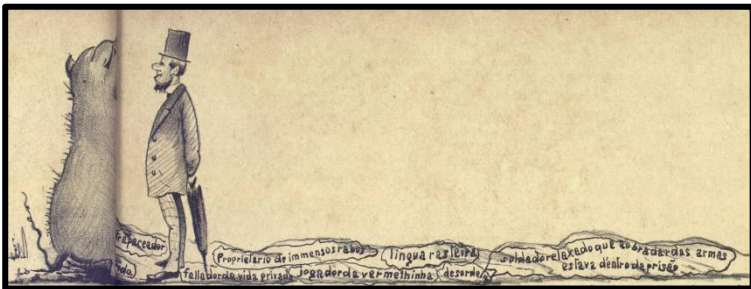
princípio a “correspondência” já trocava o título do outro semanário, afirmando que “o colega do *Maruim* (antes fosse amendoim) é rapaz de espírito e é pena que se esteja perdendo aqui na província”, de modo que “devia ir para a corte, onde seria muito mais apreciado”. Apontava que o diretor considerava que “o *Maruim* está superior ao *Diabrete* em tudo e por tudo” e passava a carregar nas cores da ironia, afirmando que “o *Maruim*, apesar de criança, está em tudo e por tudo superior ao *Diabrete*”, sendo “um prodígio, um portento”, que “nasceu com a bossa dos gênios”, tornando-se “um predestinado”, o qual “foi lançado ao mundo com o seu glorioso destino impresso na testa”, sendo “abençoada a mãe que o pariu” (O DIABRETE, 1º fev. 1880).



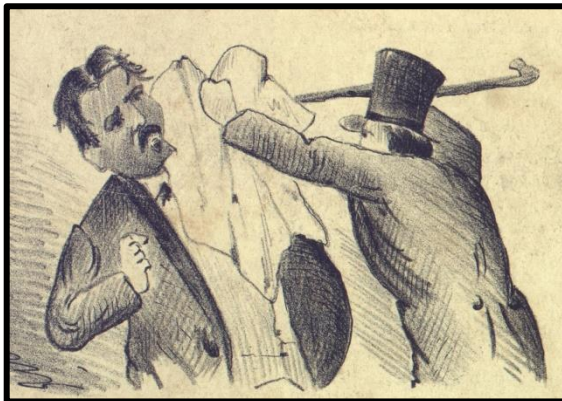


O recurso da propalada correspondência recebida também foi também utilizado pelo *Maruí* nos ataques a *O Diabrete*, com o acréscimo de um conjunto caricatural que acompanhava o texto. Na abertura, o proprietário e um funcionário do semanário mais antigo eram designados como um asno e um porco, que estariam dispostos a publicar qualquer tipo de matéria, mesmo que fosse atentatória às “honras das famílias”, desde que fosse pago o preço estipulado, estando eles prontos a “insultar e amedrontar a todas pessoas”. No desenho seguinte, o “porco/jornalista” negociava com um freguês quanto ao custo “para pregar uma descompostura ou um remendo”. Os quadros seguintes traziam o bobo da corte estilizado, com roupas modernas, representando o *Maruí*, ao passo que o periódico adversário era designado pelo seu proprietário. Segundo tal bobo, as inserções de *O Diabrete* não tinham “respeito e moralização”, de modo

que o “imundo papelucho” viria a encontrar reações de parte do “sexo frágil” e do “sexo forte”, o que seria inevitável, como um porco refestelar-se na lama. Na continuidade, estes dois personagens entabulavam um diálogo a respeito da trapaça no jornalismo e, já no encerramento, o diretor de *O Diabrete* assumia que conseguia sustentar o seu hebdomadário – apresentado como uma tartaruga – divulgando calúnias e promovendo calotes. No último quadro, o bobo da corte moderno utilizava o seu crayon para expulsar o rival do quadro, chamando-o de “indecente, asqueroso e bruto” (MARUÍ, 1º fev. 1880).



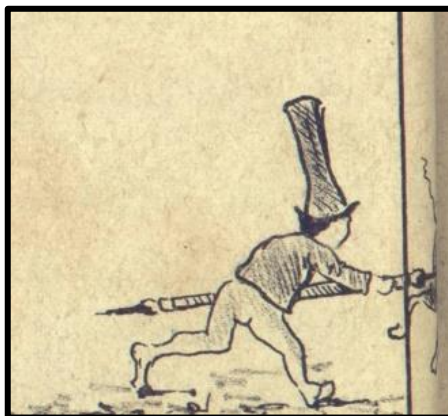
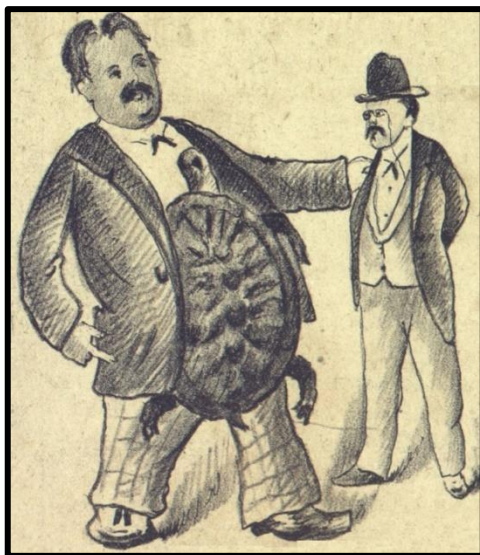
FRANCISCO DAS NEVES ALVES





FRANCISCO DAS NEVES ALVES





As desavenças entre os proprietários dos dois periódicos exacerbavam-se, tanto que *O Diabrete* publicou uma “Declaração” assinada por “A Empresa”, segundo a qual constava que o diretor do *Maruí*,

apontado como “o indivíduo de nacionalidade espanhola H. Gonzales, propala que lhe somos devedor, não sabemos de que quantia”, de modo que “apressamos-nos em declarar ser isso uma torpe mentira” e “ao contrário, julgamo-nos credor deste biltre em quantia superior a 50\$000, assim como de diversos objetos que nos furtou de nossa oficina, quando nosso assalariado”, ou seja, “um diamante de gravar, pedras e mais outras coisas, que hoje lhe estão servindo”. Ainda era declarado que, “nem a ele nem a outros que já foram nossos empregados, nem aos que presentemente o são nada devemos” (O DIABRETE, 1º fev. 1880).

A resposta do *Maruí* não tardou, publicando uma “Carta do outro mundo”, endereçada do “inferno”, na qual, sem citar nomes, havia referências ao diretor de *O Diabrete*. A suposta missiva fazia referência à notícia de alguém que se achava “à frente de um jornal crítico, humorístico, satírico, ilustrado e não sei que mais”, o que teria vindo a “surpreender desagradavelmente”, uma vez que tal indivíduo, fora deixado ao “mundo de risos, lágrimas e misérias, era ainda um louco varrido, capaz de correr à pedra, em pleno dia”, para atingir “o mais pacífico e prestativo cidadão”. Já ao final da edição, o *Maruí* publicava brevíssima nota, com a qual pretendia desmentir o rival, afirmando que “esta Empresa nada deve a pessoa alguma, até a data presente” (MARUÍ, 8 fev. 1880).

O proprietário de *O Diabrete* recebeu as críticas do adversário e limitou-se a publicar uma pequena e incisiva nota intitulada “Dente por dente, olho por olho”, na qual dizia que, “as diatribes com que nos mimoseou” o diretor do *Maruí*, “responderemos com estas duas palavras: **infame e ladrão!**” (O DIABRETE, 9

fev. 1880). O *Maruí* manteria a querela, ao trazer uma ilustração alusiva ao carnaval, na forma de caricatura, na qual mostrava as representações dos diversos clubes carnavalescos na parte superior, ao passo que, no solo, dançavam os vários representantes dos jornais rio-grandinos, todos fantasiados, ao passo que *O Diabrete* era mais uma vez designado pela figura de um porco, e ainda por cima vestido de mulher, algo considerado como ainda mais pejorativo para os padrões da época. Além disso, trouxe o diretor de *O Diabrete* espalhando sua mensagem “infame e ladrão”, na forma de um gato morto – em referência à alguma coisa inútil e sem eficácia –, a qual não teria sido bem recebida, por parte da população, sendo tal reação negativa demonstrada com homens correndo atrás dele, ameaçando-o com pauladas (MARUÍ, 15 fev. 1880).



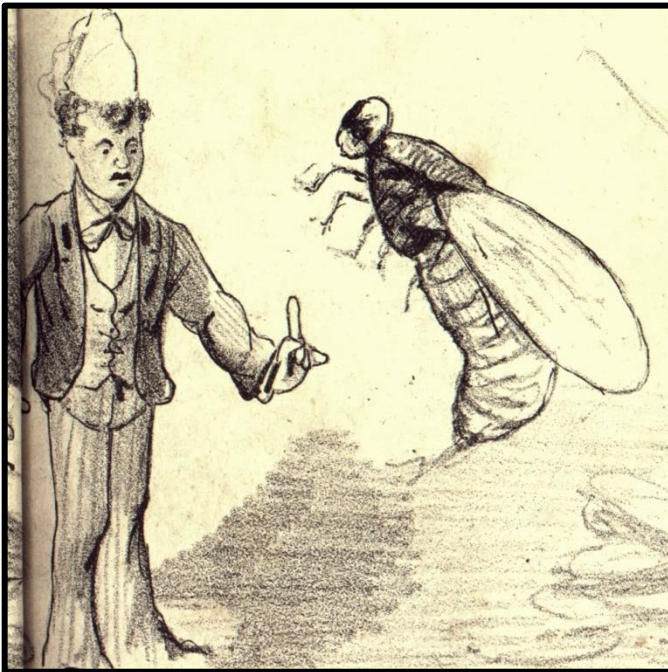
FRANCISCO DAS NEVES ALVES



Mas a contenda não se limitaria às páginas impressas, de modo que Henrique Marcos Gonzales e Francisco Luiz de Campos Júnior viriam a chegar às vias de fato. Diante disso, A redação do *Maruí* publicou coluna na qual declarava que o proprietário deste periódico fora “traíçoeiramente acometido” no mercado por Campos Júnior, o qual se aproximou “com um chicote debaixo do braço”, ameaçando Gonzales “que não continuasse a tratar de sua pessoa no *Maruí*”, pois, “do contrário, quebraria a cara” do oponente, dando “uma bofetada” neste e vindo a ser contido por outrem. Diante disso, Gonzales tratara “de lançar mão à bengala e não a encontrou”, vindo a correr “à frente de seu agressor para desafrontar-se” e “lançou mão” a um banco para correr em direção ao adversário, sendo “tolhido por algumas pessoas que se achavam presentes”. Ao final, a redação buscava demonstrar que já vinha abrandando as querelas com o oponente, afirmando que “o *Maruí* mal respondido às agressões injuriosas que *O Diabrete* tem dirigido” (22 fev. 1880).

A reação de *O Diabrete* foi veemente, publicando a nota intitulada “Assim o quer, assim o tenha”, na qual explicava que “tínhamos feito tenção de não mais nos envolvermos em questão pela imprensa com esse biltre”, tendo em “vista um pedido que sua mãe chorando nos veio fazer em nosso escritório”, no entanto, “o *esbofetado* e *vergalhado* confesso assim o quer”, então “assim o tenha”. O ataque era veemente, com a declaração de que “o sevandija e infame LADRÃO, H. Gonzales, a quem a cara esbofetamos e vergalhamos em praça pública, pode vir quando quiser a este escritório” para “buscar a bengala, cacete dizemos nós, de seu pai, com que *pretendia desafrontar-se* e que lhe arrancamos das mãos na

noite em que o castigamos de suas insolências”. E completava, demarcando que o desafeto poderia aproveitar o ensejo para nos trazer o diamante e mais objetos que nos ROUBOU”. Na mesma edição o periódico ainda publicou caricatura na qual o bobo da corte passava uma descompostura em uma “mutuca”, termo que servia para fazer alusão a um inseto – relacionado ao título do opositor –, mas também, informalmente, era uma referência a aquele que foge à luta (7 mar. 1880). No número seguinte, aparecia um mosquito com cabeça humana, mas sem asas, que se lavava “com pouco sabão”, aludindo ao silenciar do adversário (14 mar. 1880).





Assim, era concluída a guerra dos caricatos rio-grandinos. Tudo começara com a desavença entre Gonzales e Campos Júnior, quando aquele trabalhava como gravador e ilustrador de *O Diabrete* e talvez não tivesse assumido proporções maiores se não houvesse ocorrido a fundação do *Maruí*, ato com o qual o ex-empregado de Campos Júnior resolvera lançar, com a finalidade de contrapontear e fazer sombra ao semanário mais antigo, irritando e enraivecendo fortemente o rival, que logo começou a sentir os acentuados efeitos da inesperada concorrência. Daí em diante se desencadearia o embate, não havendo trégua nas trincheiras inimigas, de modo que, a cada cutilada partida daqui, desferia-se imediatamente outra de lá. Nesse quadro, das leves injúrias com que, através de piadas e charges, se vinham brindando os dois semanários, passariam para um

terreno de trânsito difícil e a situação tendia a piorar, como ocorreu, quando a da altercação impressa os diretores dos hebdomadários se voltaram à agressão física. O enfrentamento entre ambos e os comentários advindos pareciam ter provocado o deleito do público leitor, ao presenciar o “divertido atracamento dos dois linguarudos profissionais que acabavam engalfinhados , a injuriar-se e a amarrotar-se mutuamente. Teria havido até a expectativa da continuidade da querela, mas isso não se confirmou, pois, em seguida o pano desceu sobre o palco e os artistas se recolheram aos bastidores, não mais voltando ao tablado¹⁷.

As discórdias entre Henrique Marcos Gonzales e Francisco Luiz de Campos Júnior traziam consigo um pano de fundo mais amplo que justificava a desavença entre o *Maruí* e *O Diabrete*, uma vez que a fundação daquele significou a criação de uma concorrência para este. Ao surgir, o *Maruí* manteve qualidade gráfica, proposta editorial e número de páginas bastante semelhantes aos de seu congênere, mas trazendo um atrativo diferenciado, um custo menor para o leitor e o assinante, o que obrigaria *O Diabrete* a rever seus preços para competir, ou mantê-los, correndo o risco da perda de público. Ficava demarcado o contexto que marcou a imprensa ilustrado-humorística da cidade do Rio Grande, pelo qual foram breves e escassos os períodos em que sobreviveram dois periódicos de tal gênero ao mesmo tempo, revelando que o fluxo dos periódicos citadinos comportava normalmente a existência de apenas um deles. Em síntese, ao digladiarem-se, *Maruí* e

¹⁷ FERREIRA, 1962, p. 169, 173-174 e 176.

O Diabrete estavam também disputando uma fatia do mercado jornalístico rio-grandino.

O projeto de inserção da arte caricatural nas edições do diário *Eco do Sul*

Na virada do século XIX ao XX, estava se tornando evidente a mudança no jornalismo nacional, regional e local, em um quadro pelo qual a imprensa artesanal estava sendo substituída pela imprensa industrial. Os empreendimentos individuais começavam a dar lugar às grandes empresas, às chamadas indústrias do periodismo, em detrimento da pequena imprensa e das iniciativas artesanais e/ou tipográficas. Assim, a passagem da centúria foi uma fase de transição, quando os pequenos jornais, de estrutura simples, e as folhas tipográficas cederiam lugar às empresas jornalísticas, com estrutura específica, dotadas de equipamento gráfico necessário ao exercício de sua função. Foram afetados, nesse processo, o plano da produção e o da circulação, alterando-se as relações do jornal com o anunciante, com a política, com os leitores. Ocorria assim, uma concentração das atividades jornalísticas, em termos estaduais, reduzindo-se o espaço à circulação de um grande número de folhas, já que uma das consequências imediatas dessa transição foi a redução no número de periódicos e, por outro lado, as empresas

jornalísticas começavam a firmar sua estrutura, de sorte que era reduzido o aparecimento de novas empresas¹⁸.

Mudava também a orientação editorial desse novo jornalismo, pois, favorecidas pelo desenvolvimento das artes gráficas, apareceram empresas poderosas, empenhadas em duras rivalidades para a conquista, por meio de informações e serviços vários, do grande público, procurando conciliar no corpo de um só diário, em suas múltiplas seções, o periodismo político, informativo, literário, técnico e comercial¹⁹. Desse modo, também o público estava se diversificando, colocando demandas por padrões gráficos e editoriais para as quais a imprensa tipográfica não estava habilitada a corresponder e, pelo contrário, o seu esforço nesse sentido contribuiu para acentuar a sua descaracterização perante seu público tradicional, salvo aqueles casos que souberam se adaptar ao novo regime jornalístico em

¹⁸ SODRÉ, Nelson Werneck. *A história da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966. p. 298, 315, 352 e 409. Para Carlos Reverbel, ocorreu uma tendência de concentração do jornalismo “num sistema cada vez mais poderoso, técnica e financeiramente, de empresas, o que reduz a sua quantidade, mas aumenta as suas possibilidades de bem atender às exigências do público moderno”. REVERBEL, Carlos. Tendências do jornalismo gaúcho. In: *Fundamentos da cultura rio-grandense*. Porto Alegre: Faculdade de Filosofia da Universidade do Rio Grande do Sul, 1957. p. 120-121. Sobre este progressivo processo concentração ver também: MARCONDES FILHO, Ciro. *O capital da notícia*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1989. p. 64-72.

¹⁹ BARROS, Jayme de. *Evolución del periodismo en el Brasil*. Buenos Aires: Escritório Comercial do Brasil - Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio, 1942. p. 50-51.

formação. Nesse período as fontes de financiamento dos jornais tornaram-se ainda mais limitadas e o grande problema era a manutenção do periódico, que disputava com diversas folhas semelhantes um mercado diminuto, tanto pelo lado do consumidor, quanto pelo dos anunciantes. Inviabilizava-se, assim, em grande parte a continuidade da base econômica e tecnológica das antigas e pequenas publicações, pois, com efeito, os termos da concorrência entre os jornais passaram a ser ditados pelas novas empresas jornalísticas, que alijaram do espaço público as folhas baseadas em pequenos negócios²⁰.

O debate de cunho político-partidário passou a perder espaço junto ao jornalismo empresarial, pois, de acordo com suas propostas essencialmente informativas, passaram a predominar os chamados órgãos independentes, nos quais, não necessariamente de forma neutra, até a política era tratada como notícia e não como matéria de discussão²¹. No Rio Grande do Sul, este novo jornalismo veio a ser representado pelo *Correio do Povo*, fundado em Porto Alegre no ano de 1895, propalando uma postura independente diante dos conflitos partidários que ainda se faziam presentes no cenário

²⁰ RÜDIGER, Francisco Ricardo. *Tendências do jornalismo*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 1993. p. 40, 52 e 54.

²¹ Quanto a tal aspecto, Werneck Sodré afirma que “a preocupação fundamental dos jornais, nessa época é o fato político. Note-se: não é a política, mas o fato político”. SODRÉ, 1966. p. 317. Para Francisco Rüdiger, “o jornalismo político-partidário sentiu profundamente essa mutação, entrando em progressiva crise” e “as suas condições históricas de possibilidade começaram a se desintegrar, retirando a estrutura necessária à sua reprodução”. RÜDIGER, 1993. p. 39.

político rio-grandense, não aderindo, portanto, ao oficialismo castilhistas. Tal folha teve uma receptividade imediata junto ao público e, logo que apareceu, chegava-se já a afirmar que o mesmo não viria a ter concorrentes. Através de uma constante busca pelo aperfeiçoamento tecnológico, o *Correio do Povo* logo atingiria grande popularidade, deixando de circular apenas na sua cidade de origem, para ser distribuído por diversas localidades do interior, vindo a concorrer com as publicações locais. Essa boa aceitação levava os responsáveis pelo jornal a investirem ainda mais em melhoramentos, promovendo o aumento da tiragem, do número de páginas e do formato, de maneira que o periódico se transformaria no padrão do jornalismo de natureza empresarial para a imprensa gaúcha²².

Na cidade do Rio Grande, essa concentração das atividades jornalísticas representou o agravamento do refluxo que vinha se gerando desde a segunda metade da década de noventa. Alguns representantes da pequena imprensa ainda conseguiram continuar circulando até os primórdios do século XX, quando deu-se um verdadeiro encerramento de ciclo quanto à existência dessas folhas. Já os diários mais longevos teriam ainda mais acentuado o seu processo de decadência e crise, o que redundaria no desaparecimento para o *Diário do Rio Grande*, em 1910, e

²² Conforme: FRANCO, Sérgio da Costa. A evolução da imprensa gaúcha e o *Correio do Povo*. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul*. n.131. Porto Alegre: 1995. p 37-38. e DILLENBURG, Sérgio Roberto. *Correio do Povo: história e memórias*. Passo Fundo: Editora da Universidade de Passo Fundo, 1997. p. 19-31.

para o *Artista*, em 1912. Somente o *Eco do Sul* conseguiu garantir a sua sobrevivência até 1934, em uma constante busca pela modernização e adaptação às circunstâncias de então. Esse declínio da imprensa na virada dos Oitocentos aos Novecentos, cuja tendência foi de agravar-se de modo progressivo, refletia a perda de importância e o empobrecimento que o conjunto da comunidade rio-grandina passaria a sofrer, paulatinamente, durante o século XX, mormente a partir da sua segunda metade. Viria, assim, a desaparecer, gradativamente, aquela característica que marcara a cidade portuária durante o século XIX, na qual a imprensa reproduzia, mesmo que em menores proporções, as práticas jornalísticas entabuladas no centro do país, constituindo um verdadeiro “jornalismo de ponta” nos quadros da imprensa brasileira e sul-rio-grandense.

No que tange ao *Eco do Sul*, foi uma das mais longevas publicações sul-rio-grandenses, tendo durado desde o final da década de cinquenta do século XIX até os anos trinta do século seguinte. As ideias e propostas expressas pelo jornal durante esse largo período de circulação foram de significativa importância no contexto gaúcho, mormentente na zona sul provincial/estadual, convivendo a folha com marcantes momentos da evolução histórico-política do Rio Grande do Sul. Criado no município de Jaguarão, o *Eco* passaria, em seguida, a ser editado na cidade do Rio Grande e, nos primórdios de sua existência, manteve algumas características da pasquinagem - atividade jornalística na qual seu fundador e principal redator estreara no jornalismo -, evoluindo, gradativamente, até apresentar-

se como uma publicação de natureza “política, literária e comercial”.

Após uma crítica inicial às coligações entre sectários de diferentes partidos, consideradas como um desrespeito às ideias e aos princípios, ainda durante os seus primeiros anos, o periódico optou por uma orientação partidária de seu discurso, filiando-se à causa do Partido Conservador, vinculação que se tornou ainda mais direta a partir da década de oitenta, quando o jornal transformou-se em um “órgão partidário”. Como uma publicação destinada à sustentação dos conservadores e à oposição aos liberais a folha moldou sua construção discursiva de acordo com as necessidades do jogo político-partidário do período imperial, de modo que a mudança na forma de governo representaria uma ruptura nessa edificação, a qual teve de ser ajustada às novas circunstâncias de então.

Com a República, o jornal manteve sua conduta embasada no partidarismo, inicialmente apoiando os novos governantes, mas, em seguida, partindo para uma postura de aberta oposição aos mesmos, vindo a constituir um dos poucos órgãos de imprensa que se manteve na resistência, combatendo os situacionistas em alguns dos mais graves momentos que marcaram a agitada transição Monarquia-República na conjuntura rio-grandense-do-sul. Contrário ao sistema castilhistaborgista, o periódico manteve este espírito oposicionista mesmo após o encerramento da Revolução Federalista. Somente a partir do final da primeira década do século XX, o diário rio-grandino promoveria uma mudança em sua conduta editorial, no intento de adaptar-se à nova fase em que adentrara o jornalismo, através da proposta de manter-se como uma publicação “independente” de

vínculos partidários, buscando garantir, assim, a sua sobrevivência, a qual se estenderia até a década de 1930.

A postura abertamente oposicionista em relação ao castilhismo-borgismo levou o *Eco do Sul* a sofrer ferrenha censura e repressão, chegando suas edições a serem suspensas por várias vezes.

Especificamente quanto à transição do século XIX ao XX, o *Eco* passava por uma nova suspensão em sua publicação, entre 21 de março e 30 de setembro de 1897. Ao voltar a circular, o diário explicava as causas que levaram a essa interrupção, afirmando que não eram “desconhecidos os motivos que determinaram o seu silêncio por tão longo tempo”, uma vez que, “folha de oposição, cumprindo exatamente os deveres em face dos acontecimentos, o *Eco* não poderia deixar de ser desagradável aos serviços da *ditadura científica* que queriam, exigiam e impunham, aos seus adversários, completo servilismo”. A folha denunciava que, “ao cumprir nobremente o seu dever, inspirando-se nos princípios grandiosos que animaram os federalistas na peleja” e ao combater “sem rebuço a longa série de ignóbeis atentados com que o governismo afrontava os brios rio-grandenses”, fora “alvo de indecorosas ameaças” de parte das autoridades militares da cidade. O periódico argumentava que, “na triste e dolorosa alternativa de amoldar-se aos caprichos da espada, ou ser vítima dela”, resolvera, “como um protesto às projetadas violências, suspender a publicação, até que lhe fosse permitido agir completa e livremente, de acordo com a sua fé política”. Passada a circunstância negativa, o *Eco do Sul* anunciava a retomada do seu lugar “entre os batalhadores do porvir, da honra e da liberdade rio-grandense, vil e torpemente fustigados por

uma tirania que deprimia ainda a gloriosa terra dos gaúchos” (1º out. 1897).

Na manutenção de sua postura, o periódico declarava que “o castilhismo era traiçoeiro e sanguinário” (5 fev. 1898), e, diante disso, propunha que todos os rio-grandenses deveriam continuar “a lutar com esforço, com verdadeiro afinco no campo eleitoral”, mesmo tendo de enfrentar “as fraudes e as tramoias de desleais adversários” de modo a promover o engrandecimento de um “povo, que, por seu caráter, por sua organização moral e sentimentos de civismo, foi sempre considerado como sentinela vigilante da liberdade nacional” (19 mar. 1898). Os ataques do jornal continuaram à época de Borges de Medeiros, considerado como um mero seguidor de Castilhos, afirmando que este “ainda governava por trás” daquele, ao manter um governo que não representava “a opinião pública, não correspondia às aspirações de um povo culto e não tinha um partido político que o apoiasse sincera e lealmente”, de maneira que “somente o terror e a corrupção o podiam sustentar”²³ (5 maio 1898).

²³ O *Eco* continuava destacando o caráter “tirânico” do governo castilhista-borgista: “A que ideal nos é lícito referir obedece a política que tem por guia supremo o Dr. Júlio de Castilhos? Aquilatá-lo – atenda-se bem - pelo regime ferrenho que dá nervo à atividade dessa política, forçoso é concluir pela sua negação, ou senão pela sua natureza despótica, barbaramente despótica, *una* no regaço das agremiações violentamente governadas; assim a modo de quem governa corporação incorrigível, de toda perdida para a moral! Não somos nós quem o diz, mas a irrecusável eloquência dos fatos brutais, fatos de uma selvageria sem nome, que,

O *Eco do Sul* declarava que “se desvanecia em seguir na imprensa os ensinamentos grandiosos do notável tribuno” Silveira Martins (5 ago. 1899), propondo que, apesar das “dificuldades com que se esbarrava no Rio Grande do Sul para cumprir com altivez e independência os deveres impostos à imprensa livre”, era “imprescindível batalhar sem tréguas, sem desmaios, nem desfalecimentos, para fazer o Rio Grande voltar ao domínio da lei, ao império da justiça, ao regime da tolerância e da liberdade”; destruindo, assim, o “edifício da tirania, que não contava com o apoio da opinião livre e independente do torrão gaúcho”, e terminando com os “desastres incalculáveis” que viria sofrendo o Estado, “sob o domínio aviltante do castilhismo perseguidor e exclusivista”. Segundo o jornal, o Partido Federalista “sempre desfraldara a bandeira da liberdade, que era bastante ampla e generosa e em cuja sombra poderiam acolher-se todos os que, animados de puras e patrióticas intenções, quisessem bem servir ao Rio Grande e à democracia”, de modo a promover “melhores dias para a infelicitada terra rio-grandense”, entregue “à plutocracia comtista, ao jacobinismo vermelho, à política do sangue e do punhal”, ou enfim “ao absolutismo castilhista” (4 jan. 1900).

As “dificuldades” para manter os “deveres de imprensa livre”, acusadas pelo jornal, revelavam que persistia o estigma contra a folha oposicionista, a qual vinha a constituir objeto de constantes persecuções, o que viria a acarretar mais uma interrupção em sua

seguidamente, estão a convulsionar rudemente a sensibilidade pública” (20 dez. 1899).

circulação entre 23 de julho de 1900 e 28 de fevereiro de 1902. Ao retornar, o *Eco* explicava os motivos da suspensão da publicação, denunciando “uma avalanche de perseguições ignóbeis”, pelas quais “era ele alvo predileto das fúrias e dos ódios de uma malta dissoluta e aventureira”, visto que “a sua palavra, imagem indefectível da verdade, feria e vergastava, confundia e anulava essa gente selvagem, desvairada pelas paixões mais ruins e empolgadas pelas corrupções mais indignas”. O diário ainda enfatizava que “sobre os corruptos, sobre os corsários da honra” a sua palavra caía “enérgica e luminosa, castigando-os nos seus desvarios, surpreendendo-os nas suas tramas, desequilibrando-os nas suas ambições”, de modo que o “velho paladino da liberdade”, tornava-se a “cobiçada presa da malta desenvolta”. O jornal relatava que seu proprietário fora injustamente envolvido pelos situacionistas em uma tentativa de assassinato, através de uma “indecorosa exploração da politicagem”, e, “para que a sociedade ficasse gelada de pavor, publicamente, os caluniadores ameaçaram: *vinganças à faca e à bala, decepar cabeças aos pares e às dúzias, transformar as ruas em estendais de cadáveres de maragatos*”. Diante das ameaças, a “empresa teve de cerrar as portas”, pois o seu responsável retirou-se da cidade, somente retornando após a sua absolvição das “calúnias” sofridas (1º mar. 1902).

Após a “grande noite de silêncio”, pela qual fora obrigado a passar, o *Eco do Sul* garantia que reaparecia “com a mesma altivez e com as mesmas esperanças que o alentavam vigorosamente quanto suspendeu a sua publicação”, voltando “a ocupar o seu posto na imprensa rio-grandense, prestigiado pelas simpatias

públicas e pela confiança das heroicas e abnegadas falanges da oposição”. Mantendo sua filiação partidária, o jornal confirmava ser “órgão natural dos sentimentos e ideias do Partido Federalista”, prosseguindo “na luta incruenta em prol dos princípios democráticos, desfraldados, com o signo redentor” do “chefe inesquecível, pelo maior dos estadistas contemporâneos, o conselheiro Silveira Martins”, servindo a “santa memória do inolvidável tribuno” como o “mais forte estímulo na árdua campanha” que iria ressurgir, embasado “na perfeita compreensão dos elevados deveres patrióticos” (1º mar. 1902).

Ainda ao retornar, a folha propunha-se a prosseguir “combatendo sem dobrez e sem fraquezas a ditadura castilhista” e “lutando pela reabilitação da pátria retalhada em oligarquias odiosas”, e afirmava que não queria ver a República maculada “pelos elementos ruins, sem prestígio e sem raízes na opinião; falsificada selvaticamente nas suas formosas virtudes; desvestida cruelmente das suas amplas liberdades; e desamada, enfim, da grande alma popular”; querendo, ao contrário, a “reabilitação e a “reconstrução da pátria”. Declarava que a revisão constitucional era a “momentosa aspiração da quase unanimidade dos brasileiros”, de maneira que seria “em prol desta aspiração liberal e salvadora o primeiro esforço perseverante do *Eco* na sua nova fase de existência” (1º mar. 1902). Tendo em vista esse intento, o jornal passou a estampar em seu cabeçalho o dístico “órgão revisionista”.

Ao prosseguir no embate contra o castilhismo-borgismo, o periódico manifestava sua esperança no “declínio do ditador”, explicando que a “história” ensinava “que as tiranias eram aberrações sociais,

sempre transitórias, porque não deitavam raízes na consciência do povo” e, do “alto desta convicção serena”, destacava que nunca se aliara “aos pessimistas que chegaram a ver no Dr. Júlio de Castilhos a simbolização desoladora do eterno cativo do Rio Grande, contra o qual já se quebrou a onda estuosa de uma revolução heroica e incomparável”. Afirmava, assim, que o governador gaúcho começava “já a sentir que se ia fazendo o isolamento em torno de sua personalidade que tantos ódios acendeu e tantas paixões agitou” (28 abr. 1902); de modo que, “abandonada dia a dia pelos melhores amigos”, a “ditadura” entrara no seu “período de declínio final”. De acordo com o jornal, “desde a poderosa região serrana ao mais ignorado ponto do Estado, o castilhismo já não era mais do que um destroço”, o que só viria a confirmar as “lições da história” as quais ensinavam “que o despotismo não deitava raízes ao solo em que era lançado”, ainda mais no Rio Grande do Sul, onde representaria a “antítese a mais completa das tradições gloriosas desta terra e das suas insubordináveis aspirações de liberdade” (29 nov. 1902).

Defendendo suas opiniões partidárias, o diário rio-grandino promoveu verdadeira idolatria a Gaspar Silveira Martins, sobre o qual chegou a afirmar “morto, maior do que vivo”. Tal líder era descrito como “o gigante na palavra, no talento, nas ações e nas maravilhosas concepções políticas”, o qual sempre servira “à liberdade, à justiça e ao progresso pátrio”; ou ainda como o “espírito varonil, talhado para as lutas titânicas, em defesa dos ideais que acariciava” e “dotado de qualidades extraordinárias que o faziam notável, respeitado e considerado em todo o país”. Reiterando

sua opção pelo parlamentarismo, o jornal destacava que Silveira Martins, como o “intrépido e genial defensor dos direitos sagrados do povo” e o “colosso generoso e magnânimo, quão essencialmente liberal”, buscara “promover a reabilitação da pátria republicana, modelando-a sob a forma do sistema parlamentar”, condenando o presidencialismo “como a mais perfeita negação dos ardentes desejos” dos brasileiros. Na perspectiva do periódico, a República Parlamentar salvaria “a pátria da agonia em que se debatia, falha de recursos, falha de moralidade administrativa e falha de crédito dentro e fora do país”, e o Partido Federalista, “o depositário fiel desse sacrário, legado pelo seu imortal chefe, continuaria a ter hasteada essa bandeira política”. Desse modo, o *Eco* propunha-se a seguir como o “intransigente apóstolo destas ideias políticas”, rendendo “sincero culto de veneração à memória inapagável do conselheiro Silveira Martins” (23 jul. 1902).

Um ano após a retomada das atividades, o jornal prosseguia definindo-se como uma “folha de combate” e “voluntário lutador em prol da liberdade rio-grandense, conculcada pela selvagem ditadura positivista, instituída pelo odioso sátrapa Júlio de Castilhos”; propondo-se a acatar e defender “com ardor e lealdade o belo e luminoso programa revisionista do Partido Federalista, por ser ele o que mais se harmonizava e se amoldava às tendências, à índole e às aspirações da sociedade brasileira”. Prometendo “jamais esmorecer na luta, que considerava santa cruzada”, o periódico manifestava sua “inabalável e segura convicção de que haveria de soar”, em breve, “a hora da redenção do Rio Grande, como também não tardaria a ser uma fulgurante realidade a

anelada e triunfante aspiração brasileira - a revisão constitucional". E concluía, conclamando: "avante, pela Pátria e pela liberdade" (28 fev. 1903). Em outubro de 1903, o diário noticiava a morte de Júlio de Castilhos e, mesmo utilizando-se de palavras respeitosas, buscou deixar evidente a sua postura de adversário do líder falecido.

Entre 1904 e 1907, ocorreu uma considerável diminuição na quantidade de pronunciamentos político-partidários expressos pelo *Eco*, em um prenúncio da nova fase na qual ele brevemente entraria. Mesmo assim, a folha persistiu no combate, afirmando que continuaria a "defender o programa do partido a que pertencia", ainda mais quando tal programa embasava-se nos "vastos e assombrosos ideais de um estadista superior", consistindo essa atitude em uma "tarefa indeclinável e gratíssima", sustentando sobre os seus "ombros a responsabilidade de órgão voluntário de uma grande potência política" (15 abr. 1905). Através dessa "luta", o jornal argumentava buscar a vitória "dos verdadeiros ideais republicanos", de modo que, o "patriotismo" viesse a "destronar a anarquia e abater os deturpadores da sã orientação política aconselhada pelo amor às velhas e gloriosas tradições e pela prosperidade da mais gloriosa pátria sul-americana" (14 nov. 1906).

Diante da disputa eleitoral ocorrida em 1907, advinda da cisão no seio do Partido Republicano Rio-Grandense, o *Eco*, acompanhando a decisão de parte considerável dos federalistas, optou pela abstenção, além do que não demonstrou qualquer interesse em vincular-se ao Partido Republicano Democrático, agremiação formada no ano seguinte, pelos dissidentes republicanos

em oposição a Borges de Medeiros²⁴. Para a folha, “nenhum resultado prático” viria daquela disputa, de maneira que não ocorreria “ainda a ambicionada regeneração política do Estado rio-grandense”, dando-se, isto sim, o “prolongamento do martírio” e a “continuação desta noite trevosa de incertezas e abusos” (17 set. 1907). O jornal opinava que “acreditar na regeneração do caráter político rio-grandense”, através de uma possível vitória de Fernando Abbott sobre o candidato de Borges de Medeiros, não passava de “mera

²⁴ Sobre as eleições de 1907 e a formação do Partido Republicano Democrático, observar: ALVES, Francisco das Neves. Oposições e dissidências no Rio Grande do Sul (1896-1908): tentativas de rearticulação. *Biblos*, n. 7. Rio Grande: Editora da FURG, 1995. p. 197-207. A respeito da disputa entre Carlos Barbosa e Fernando Abbott, o *Eco do Sul* afirmava: “Um deles vem das esferas oficiais, apresentando-se como legítimo continuador da atual missão política, a que tantos males devemos. O outro irrompeu por assim dizer de uma camada amorfa, onde entram vários elementos desagregados de outras facções, levados pelo descontentamento, pela divergência ou por mero desejo de ascender às regiões do poder. (...) Qualquer dos dois candidatos são contrários ao programa [federalista]. Temos programa, as nossas aspirações são sagradas e por demais definidas, não podemos, assim, servir a interesses alheios (...) esquecendo deveres distintos de paladinos de uma causa nobre e em nome de *alianças* fora do campo dos princípios. Conservamo-nos, portanto, atentos, simplesmente atentos aos movimentos dos rivais encarniçados, mas de todo alheios à sua disputa, com o estoicismo e a sábia sobranceira dos fortes e puros. A nossa democracia é outra: é a que o *Mestre* pregava. Abstenção federalistas!” (20 nov. 1907).

utopia”, pois, “infelizmente, a situação política do Rio Grande do Sul permaneceria a mesma” (21 set. 1907).

Da gradual diminuição no número de manifestações de cunho político, observada ainda na primeira metade da década de 1910, o *Eco do Sul* passou a uma progressiva suavização de seu discurso político-partidário, abandonando, inclusive, o dístico de “órgão revisionista”, em julho de 1907. O jornal entrava assim, a partir de 1908, em uma nova fase, na qual passou a propalar a sua condição de órgão “independente”, ou seja, não mais vinculado a um partido político. Essa conduta representava a saída que o periódico encontrava no intento de adaptar-se à renovada etapa na qual o jornalismo passava a se encontrar, além do que, servia como uma forma de reação às amplas dificuldades que a folha vinha enfrentando para garantir o seu sustento financeiro. Nessa conjuntura, haveria uma modificação na redação que se propunha a escrever “com a máxima independência, numa compreensão elevada do que fosse o jornalismo”, procurando “enfrentar todas as questões, sem nelas misturar sentimentos que fugissem apavorados da honra e do dever” (18 jun. 1908). Pouco depois, o *Eco* reiterava sua nova postura, destacando que era “independente de partido”, de modo que acompanhava “*pari passu* a opinião pública”, procurando “dizer o que sentia e o que pensava em face dos males que afligiam a sociedade” (20 jun. 1908).

Buscando enfatizar sua nova proposta editorial, o jornal afirmava que se punha “de parte às preferências dos que mourejavam” no Rio Grande do Sul, estando “livre de quaisquer peias políticas” e, “alheio ao que se murmurava nas facções partidárias, só almejava o bem da República e a garantia da grandeza futura da

sociedade brasileira” (29 jan. 1909). Mesmo assim, o *Eco* não chegou a renegar de todo as suas antigas convicções partidárias, de modo que se tornar um órgão “independente” significava não ter mais uma ligação direta e aberta com o Partido Federalista. Ao abandonar o partidarismo como conduta editorial, o jornal objetivava ajustar-se à modernização pela qual passava o jornalismo, quando passaram a predominar as folhas com os rótulos de “independentes”, “neutras” e/ou “imparciais”, com uma preocupação básica concentrada no caráter informativo. Assim, o periódico adotava definitiva e diretamente a estratégia de só se expressar político-partidariamente em momentos mais decisivos e demarcados cronologicamente, buscando um equilíbrio entre a manifestação explícita de suas ideias políticas e os seus interesses financeiros de sustentação.

As manifestações de cunho político tornaram-se cada vez mais esporádicas nas páginas do diário rio-grandino, como durante a segunda década do século XX, quando apoiou as candidaturas de Rui Barbosa à Presidência da República. Por ocasião da Campanha Civilista, o jornal traçou um paralelo entre os dois candidatos, afirmando que o candidato civil representava a “democracia, o direito, a justiça e a própria alma da pátria”, enquanto que Hermes da Fonseca “consubstanciava o princípio da força, ao qual não se submeteria a dignidade do povo brasileiro” (28 fev. 1910). Considerando Rui Barbosa como “o maior dos brasileiros” (28 jul. 1912), a folha, em 1913, apontava que votar nesse candidato era “um dever indeclinável de todo o brasileiro digno desse nome”, evitando-se, assim, que a “figura apagada e anônima” de Wenceslau Braz, ocupasse a “suprema magistratura da nação”. (30 jul.

1913). Já em 1919, o periódico destacava que ao lado de Epitácio Pessoa se agrupava “o silencioso destacamento dos interesseiros”, enquanto, “para a *Águia de Haia* convergia o aplauso espontâneo e unânime dos brasileiros”, estando com aquele a “conveniência” e com este a “justiça” (28 mar. 1919). Essas manifestações não chegavam a constituir campanhas totais e incondicionais, na verdade, eram pronunciamentos favoráveis, muitas vezes publicados como matérias assinadas e não de natureza editorial, de modo que essa nova modalidade de “campanha” era de breve duração cronológica, aparecendo em poucas edições e não-sistemática como as movidas pela folha no passado.

Dessa maneira, os pronunciamentos políticos do jornal, até o início da década de vinte, tenderam a ser mais moderados e, apesar de certa persistência das acusações contra a “ditadura rio-grandense”, o discurso de natureza político-partidária, tornou-se cada vez mais esporádico e ocasional²⁵. As informações sobre as

²⁵ Por ocasião do 22º aniversário da República, o jornal dedicava: “os nossos melhores votos para que os que açambarcaram o mundo, por meios ditatoriais e exclusivistas, se alheiem, num parêntese de patriotismo, dos interesses facciosos e encaminhem os públicos interesses com elevado critério, pois só assim não teremos agravados os males que, sendo devido em grande dose aos falsos patriotas, o são mais à falsidade do regime” (14 nov. 1911). Sobre o autoritarismo e a centralização administrativa advindos do sistema castilhistaborgista, o *Eco* afirmava: “Quem governa o Estado, quem governa os municípios, quem governa os distritos, quem governa a orçamentária, quem governa a justiça, quem governa a polícia, quem governa a bancada, quem governa e desgoverna tudo, é ele, Borges de Medeiros”, impondo a todos

reuniões, congressos e ações dos federalistas passaram a aparecer como notícias e não como declarações editoriais, além disso, certos avisos “Aos federalistas” chegaram a ser publicados na qualidade de anúncio, ou seja como matéria paga e não referente à redação. A partir de 1913 houve a tendência de promover uma série de reformas no diário, visando a aprimorá-lo material e editorialmente, objetivando fazer frente ao processo de modernização que marcava o jornalismo da época. Essas transformações referiram-se principalmente à afirmação do caráter noticioso do periódico, o qual intentou entabular uma ampla cobertura dos acontecimentos em torno da I Guerra Mundial e da epidemia de *influenza* que atingiu o país, assuntos que dominaram suas páginas até o final da década de 1910.

Assim, nos primórdios do século XX, o maior objetivo do periódico foi a constante busca pela adaptação aos novos tempos vividos pelo jornalismo, com o predomínio das publicações de proposta apartidária e melhor organizadas em termos empresariais²⁶. Nessa etapa, o *Eco do Sul* passou por

“a lei autocrática” (23 nov. 1916). Já ao comemorar os 26 anos da “Revolução de Novembro de 1891, a folha “historiava” os acontecimentos de então e declarava que: “Recordando essa data queremos de um lado prestar uma homenagem aos lutadores de então, dando a ler à mocidade de agora uma das páginas mais brilhantes do civismo e integridade do caráter rio-grandense. Que sirva ela de lição à mocidade do sul - ultimamente até maltratada à pata de cavalo e à coroa de armas pela autocracia czariana do Presidente do Estado” (8 nov. 1917).

²⁶ No Rio Grande do Sul, o modelo característico desta nova modalidade de jornalismo foi o jornal *Correio do Povo*. O

diversas reformas de natureza tipográfica e comercial, através de constantes alterações no formato e no número de páginas; da inclusão de fotografias, primeiramente de modo esporádico e decorativo e, mais tarde, como um complemento natural e diário na prestação de informações; e até mesmo de caricaturas que foram publicadas por breve período em 1917. Viria ainda a inaugurar a Papelaria do *Eco do Sul*, atividade extra-jornalística que representou uma forma de complementação dos ganhos da empresa, bem como reorganizaria o espaço destinado à matéria publicitária, condensando e agrupando os anúncios em ordem alfabética²⁷. Era um esforço significativo em busca de adaptação, renovação e, enfim, de sobrevivência.

próprio *Eco do Sul* demonstrava isto, pois, para justificar sua boa aceitação junto ao público, utilizava-se da folha porto-alegrense como parâmetro: “Não temos por norma de conduta fazer *reclame* em torno das sucessivas vitórias que vamos alcançando no seio do jornalismo rio-grandense, pois entendemos que isso seria demonstrar uma falta de modéstia francamente censurável. Entretanto, para evidenciar apenas o quanto merecemos no conceito público, onde buscamos alcançar o prestígio que nos retempera para as lutas cotidianas, vamos demonstrar, por meio da lógica dos algarismos, a enorme popularidade que goza o *Eco*”. Após realizar um levantamento quantitativo de um semestre e levando em conta a superioridade numérica da população de Porto Alegre, o diário rio-grandino afirmava que: o *Eco do Sul* é o jornal que relativamente tem maior venda avulsa em todo o Estado, conforme tivemos ocasião de confrontar com o nosso colega do *Correio do Povo*, da capital” (12 jan. 1905).

²⁷ Contextualização realizada a partir de: ALVES, Francisco das Neves. *O discurso político-partidário sul-rio-grandense sob o*

Foi nesse contexto que ocorreu a inserção da arte caricatural nas páginas do *Eco do Sul*, um projeto de curta duração no cronológico, mas que bem demarcava seu intento renovador. A iniciativa durou do início de agosto a meados de outubro de 1917, com a presença semanal de uma caricatura ocupando posição de destaque gráfico-editorial na primeira página do periódico. Tal seção voltada à expressão imagética tinha por título “À janela” e constituía um “grande clichê” de autoria de Alberto Pons, cujas ilustrações eram consideradas como um “atestado honroso para o simpático artista”, uma vez que não só era “impecável a correção do desenho, como a ironia mordaz ressalta até no mais pequeno detalhe” (3 ago. 1917). A. Pons foi um caricaturista e ilustrador que atuou no diário carioca *O País*, trazendo a versão jocosa e satírica para expressar a crítica política, social e de costumes. Ponto alto de sua obra foram os retratos caricaturais da I Guerra Mundial e os movimentos vinculados ao mundo do trabalho.

A primeira caricatura estampada no *Eco do Sul* referia-se “a um dos fatos mais notáveis da história de Portugal”, ocorrido “em 1385, por ocasião da decisiva vitória de D. João I sobre o rei de Castela”, na qual “as tropas portuguesas e o povo conseguiram derrotar e pôr em debandada um exército quatro ou cinco vezes mais numeroso”. Nesse contexto, explicava o diário rio-grandino, “por entre os atos heroicos que então se praticavam, conta a história o de D. Brites de Almeida, com padaria em Aljubarrota”, a qual, “armada com a pá do forno, conseguiu prostrar no campo um bom número

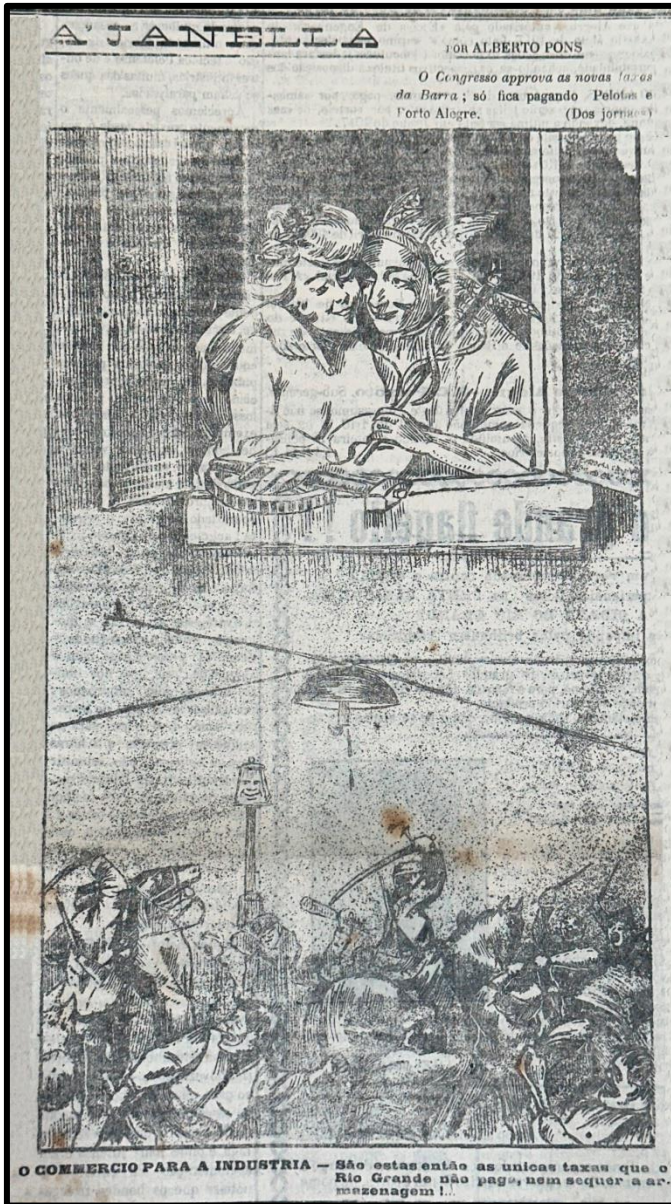
prisma da imprensa rio-grandina (1868-1895). Rio Grande: Editora da FURG, 2002. p. 144-146, 271-272, 342-349 e 355-356.

de soldados espanhóis". Dessa maneira, era tal figura feminina "que o artista encarrega de mostrar ao autor do livro argentino *Nuestra guerra*, como Portugal costuma mendigar". A respeito dessa publicação, o jornal realçava que "espíritos afeitos a lançar nas multidões os piores gérmenes de desavenças e prevenções medram na vizinha Argentina", enquadrando-se nesse caso "o livro do Sr. Pedro Córdoba", que "não pode encontrar eco nas melhores camadas de sua nação". Diante disso, constatava que "a multidão é mudável, obedece à senha dos que mais esbravejam e gesticulam", em um quadro pelo qual "a população argentina já ouviu contra nós os mais injustos e desarrazoados conceitos", dirigindo "insultos à bandeira nossa". Em conclusão, demarcava que o autor argentino "enganou-se no objetivo de *nuestra guerra*, da guerra do Brasil com a Argentina", o que não passaria de "especulações humanas", que não viriam a se confirmar (3 ago. 1917). Na caricatura, a personalidade feminina portuguesa, com a pá de forno à mão, partia em defesa de seu "filho", o menino Brasil, contra a outra criança que representava a Argentina, ficando este cabisbaixo, enquanto o outro, "sempre generoso", buscava amenizar as atitudes tomadas pelo portenho (4 ago. 1917).



O acesso marítimo no contexto citadino foi outro tema abordado na seção caricatural “À janela”. A formação histórica da cidade do Rio Grande e a de seu estabelecimento portuário são dois processos plenamente indissociáveis. Reciprocamente a história do Porto e da Barra acompanhou *pari passu* a história citadina. Foi atravessando a já então conhecida como “Barra diabólica” que chegou às terras gaúchas a expedição fundadora que daria origem ao povoado, geoestrategicamente alocado naquela zona lindeira às águas e na única entrada do litoral rio-grandense. O núcleo urbano se desenvolveria no entorno costeiro. Perdida a vila, durante a invasão espanhola, foi pela via marítima que se preparou boa parte da resistência e da retomada lusitana. Foi através de seu ancoradouro que progressivamente o vilarejo se transformou em cidade e no mais importante entreposto comercial gaúcho. As melhorias no acesso marítimo foram o tema de maior mobilização da coletividade rio-grandina por séculos, sustentando aquilo que se transformou em uma aspiração comunitária. A paulatina construção do Porto Velho, pedaço a pedaço, contou com muito do esforço dos cidadãos da urbe. A arrancada para a construção dos molhes da Barra e do Porto Novo, em 1915, foi um dos fatores motores para um incremento econômico citadino²⁸. A caricatura se distanciava em menos de dois anos daquela inauguração e revelava que ainda havia alguns obstáculos a serem enfrentados, como no caso do custo das taxas empregadas (11 ago. 1917).

²⁸ ALVES, Francisco das Neves. *Porto e Barra do Rio Grande: história, memória e cultura portuária*. Porto Alegre: CORAG, 2008. p. 14.



O ano de 1917 foi marcado por profundas manifestações do operariado, as quais tiveram como resposta a repressão governamental. A greve geral de 1917 colocou frente a frente o movimento operário e a classe dominante através de um forte aparato repressivo do Estado. As greves localizadas em busca de melhores condições de trabalho, a partir da reação violenta das autoridades públicas, se expandiram para uma greve geral. Até mesmo as forças armadas foram envolvidas nos atos repressivos, na busca por aplacar as lutas pelas ruas e o desencadeamento de uma verdadeira revolta popular, marcada por saques, ataques a autoridades, piquetes, comícios, pancadarias, depredações, invasões do transporte público e incremento de formas de associação entre os trabalhadores²⁹. Tais acontecimentos tiveram na cidade de São Paulo um de seus focos, em um processo que se espalhou pelo país. O segmento voltado às caricaturas do *Eco do Sul* abordou esse tema, fazendo um paralelo entre os tempos pretéritos e o presente, com a constatação de que “os tempos” estavam mudando, pois, “antigamente”, o operário poderia ter orgulho “da força do seu direito”, ao passo que, “hoje”, ele voltava para casa alquebrado, diante da “derrota” proveniente da coerção que tivera de enfrentar (18 ago. 1917).

²⁹ HARDMAN, Foot & LEONARDI, Victor. *História da indústria e do trabalho no Brasil (das origens aos anos 20)*. 2.ed. São Paulo: Ática, 1991. p. 279-281.



O contexto internacional foi a pauta dominante da seção imagética “À janela”, com especial atenção para a questão da Grande Guerra e das ações imperialistas. Naquela virada de século, alguns países – sobretudo aqueles às margens do Atlântico Norte – conquistaram o resto do globo não europeu com ridícula facilidade, não se dando ao trabalho nem ao menos de ocupar e dominar. Nesse quadro, os países do Ocidente estabeleceram uma superioridade ainda mais incontestável com seu sistema econômico e social, sua organização e tecnologia, de modo que o capitalismo e a sociedade burguesa transformaram e dominaram o mundo, oferecendo o modelo – até 1917 o *único* modelo – para os que não queriam ser devorados ou deixados para trás pela máquina mortífera da história. Após 1917, o comunismo soviético ofereceu um modelo alternativo, mas essencialmente do mesmo tipo, exceto por dispensar a empresa privada e as instituições liberais. Dessa maneira, a história do século XX do mundo não ocidental, ou mais exatamente não norte-ocidental, foi determinada por suas relações com os países que se estabeleceram no século XIX como os senhores da espécie humana³⁰. Uma das inserções referentes à conjuntura da I Guerra Mundial nas caricaturas publicadas no *Eco* referia-se aos efeitos do conflito bélico na vida cotidiana e socioeconômica até mesmo no âmbito local, com a carência de insumos para a confecção do pão, alimento básico para a alimentação em geral. Como era comum à arte caricatural, o tema era tratado pelo prisma joco-sério, de maneira que o pão ia

³⁰ HOBBSAWM, Eric *Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)*. 2.ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. p. 198-199.

diminuindo de tamanho até praticamente sumir, à medida que os episódios da guerra iam avançando (25 ago. 1917).





- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -

Foram vários os enfoques caricaturais voltados à I Guerra Mundial, às relações internacionais e às ações imperialistas. Uma delas representava “a desilusão de um papa”, mostrando tal figura papal meditando e macambúzia, a refletir sobre a sua perda de autoridade diante do contexto internacional, no que era consolado por seu auxiliar, segundo o qual os serviços da autoridade eclesiástica ainda poderiam ser úteis, especificamente quando se tratasse de “enterrar os mortos”, em alusão à mortandade advinda do confronto bélico do momento (1º set. 1917). O imobilismo da guerra foi outro tema abordado pela seção ilustrada, com um soldado britânico medindo palmo a palmo um possível avanço contra os germânicos que, entrincheirados, observavam ao longe (8 set. 1917). A situação vivida por Portugal era observada a partir da falta de informações mesmo na vizinha Espanha, com a suposição de que naquele país deveriam estar ocorrendo “coisas bem graves”, o que se confirmaria, com a ocorrência da crise oriunda da participação dos lusos na guerra, a intensa instabilidade política, a pesada crise econômica, as rebeliões populares, a falta de gêneros básicos para a subsistência, a altíssima inflação e os primeiros impactos da Gripe Espanhola (15 set. 1917). Outro país que passava por instabilidade apresentado pelo diário rio-grandino em seu segmento caricatural foi a Rússia, que vivera a recente transição para a forma republicana e enfrentava instabilidade política com as disputas internas pelo poder, a crise socioeconômica e as dificuldades militares na Grande Guerra. No desenho a Rússia aparecia como uma dama do barrete frígio, em referência à nova forma de governo, que era diagnosticado por outra figura feminina, designando a

Europa e pela autoridade presidencial estadunidense, que fazia o papel de “médico”, conversando ambos quanto ao diagnóstico e ao tratamento da “doente”, e chegando a conclusão de que houvera “imprudência” na aplicação de um “banho de democracia”, medida para a qual seria necessário “aplicar com cautela” (6 out. 1917). O Presidente norte-americano Woodrow Wilson protagonizava outra caricatura, vestido mais uma vez a Tio Sam - tradicional símbolo da nação estadunidense - a qual buscava demonstrar a ação recalcitrante frente ao avanço das “potências centrais” (13 out. 1917).





A' JANELLA POR ALBERTO PONS

A ETERNA HISTORIA
— OU —
Como se importa uma sra. bisbilhoteira com o que se passa na casa alheia

Dizem de Madrid: — Em Portugal devem-se estar desenrollando cousas bem graves; o telegrapho está interrompido e não responde ás chamadas que são feitas.
(Do serviço telegraphico do Echo de los dias)



A SENHORA VISINHA — Portuguesito ¿ que se pasa ?
.....

A SENHORA VISINHA — Portuguesito ¿ que se pasa ?
.....

A SENHORA VISINHA — Garamba ! Contestame, Portuguesito ¿ que se pasa ?

PORTUGAL, POR DETRAZ DO CERCADO — Socegue visinha, não é nada eu já a attendo..

EM TEMPO — Como pôde haver algum sr. hespanhol que ache insultoso este desenho o auctor desde já declara que o portuguez que está por detraz do cercado não está fazendo aquillo que parece, mas apenas caçando grillos, divertimento em que se entretém todo o bom portuguez que não tem que fazer; e se a figura que representa a Hespanha tem o estomago um pouco elevado tambem não é o que parece, mas a elevação que se nota é apenas devida a ter ella comido um pouco de mais de canja de barulho, nome que os soldados dão em Portugal à sopa de feijão. — O auctor.





Dentre os desenhos publicados por Alberto Pons no *Eco* também houve um componente bastante comum às publicações ilustradas desde o século anterior, com a inserção do encômio. O registro encomiástico traz consigo uma expressão de louvor e/ou de elogio para com alguém, de maneira que seu conteúdo louva ou glorifica pessoas, ideias ou objetivos, carregando o significado de uma composição solene ou discurso em honra e louvor de alguém, além de trazer em seu conteúdo um elogio formal e incondicional. Também demarcavam uma peça oratória em louvor de uma pessoa falecida, constituindo o elogio fúnebre, apresentando um sentido triste e melancólico, na forma de um registro lutuoso, prenhe em expressões de pena e desgosto³¹. Assim, equivalendo originalmente a um brinde ou um canto, o encômio viria a significar todo o escrito ou discurso que contivesse um elogio a uma pessoa. Em alguns casos, tais presenças honoríficas traziam consigo um canto plangente em honra aos mortos, adquirindo um sentido especial vinculado à ideia de lamento e pranto, podendo ser acompanhado por um sentimento de admiração pelos mortos, ou ainda aparecendo como uma oração fúnebre, vinculada ao costume popular de chorar os defuntos³². Quando associado à morte, o encômio cumpria uma função fundamental relativa à publicidade quanto à finitude da

³¹ SHAW, Harry. *Dicionário de termos literários*. Lisboa: Dom Quixote, 1978. p. 169, 45, 165, 339 e 163.

³² MOISÉS, Massaud. *Dicionário de termos literários*. São Paulo: Cultrix, 1974. p. 171-172, 167 e 499.

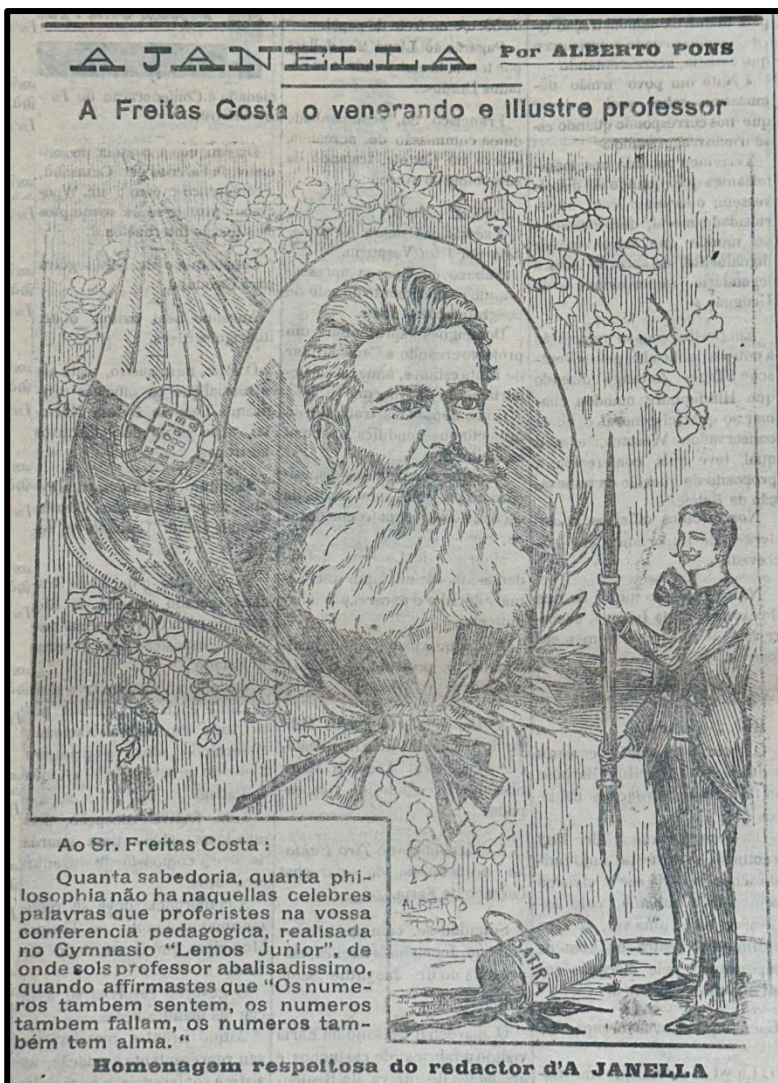
vida³³, em um quadro pelo qual, as recordações do falecido vinham a traduzir uma forma figurada da continuidade de sua presença no mundo³⁴. Levando em conta tal enfoque, ocorria um verdadeiro culto à memória do morto³⁵, trazendo ao mesmo uma espécie de sobrevida, ainda mais evidenciada nos casos em que se tratava de personagens considerados ilustres³⁶. Nesse sentido, o próprio Pons aparecia em sua criação imagética, com seu autorretrato, levando o crayon à mão – símbolo do caricaturista –, mas derrubando a lata da tinta da “sátira”, no sentido de que naquele momento optara por uma abordagem séria, vindo a homenagear o seu “venerando e ilustre” professor Freitas Costa, com atuação no Ginásio Lemos Júnior, à época, importante instituição educacional cidadina (22 set. 1917).

³³ ARIÈS, Philippe. *O homem perante a morte*. Sintra: Europa-América, 2000. p. 29.

³⁴ RODRIGUES, José Carlos. *Tabu da morte*. 2.ed. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2006. p. 18.

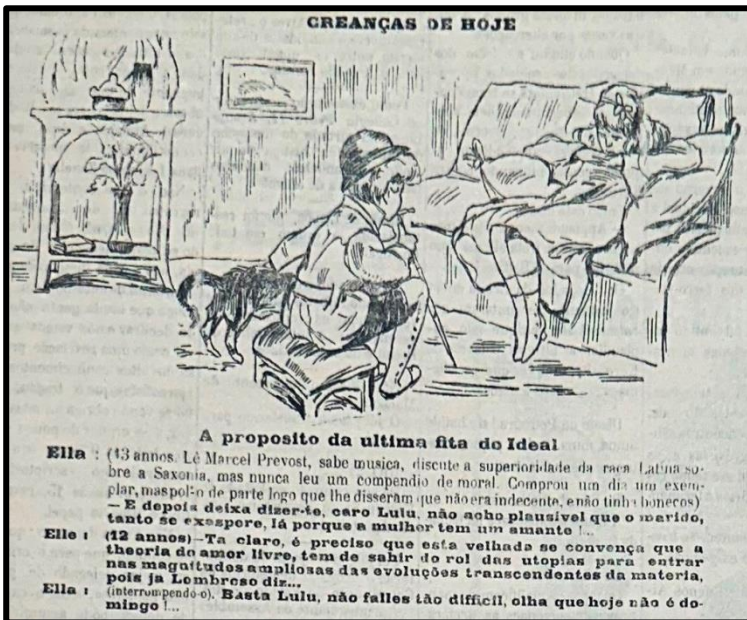
³⁵ ARIÈS, Philippe. *História da morte no Ocidente: da Idade Média aos nossos dias*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2012. p. 100.

³⁶ GIACOIA JÚNIOR, Oswaldo. A visão da morte ao longo do tempo. In: *Medicina* (Ribeirão Preto) 2005; 38 (1), p. 19.



Na expressão da arte caricatural publicada no *Eco do Sul* não poderia faltar uma das práticas mais comuns desse tipo de manifestação artístico-cultural, com a incursão à crítica de costumes. Fruto de um lápis irreverente, a caricatura de costumes é dotada de uma via cômica irresistível, ao ponto de muitas vezes não se furtar ao toque de genuíno humorismo, quando na captação de um flagrante mais grotesco. Nessa linha, os caricaturistas desenharam, assim como os cronistas por excelência, as vivências da sociedade, os seus males e as suas alegrias, os seus progressos e os seus erros retrógrados, com a nitidez de flagrantes muitas vezes muito mais ilustrativos do que extensos ensaios em letra de forma³⁷. As ilustrações de Pons voltadas a esse tipo de crítica foi expressa por meio de um conjunto caricatural envolvendo várias cenas do cotidiano. “Crianças de hoje” trazia a conversa de dois jovens que pareciam amadurecidas precocemente, de modo que seus dizeres beiravam o pedantismo. “Comparações de doente” mostrava um suposto enfermo apontando todos os males que lhe afligiam, diante do que o médico respondia com uma tirada jocosa. “Modos de falar” tratava da conversa entre um tio e sua sobrinha, desejando-lhe que arranjasse casamento, imaginando que tal desejo precisaria se repetir em outra oportunidades. “Boa saída” abordava a infidelidade conjugal de parte de um homem comprometido que galanteava uma mulher casada. “Resposta garota” compreendia o diálogo entre pai e filho, com aquele enfatizando os gastos que tivera com a educação deste, o

³⁷ LIMA, Herman. História da caricatura no Brasil. Rio de Janeiro: José Olympio, 1963. v. 2. p. 412 e 580-581.



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -



- detalhe -

Apesar da curta duração no cronológico, a inserção da arte caricatural nas páginas do *Eco do Sul* teve por significado mais uma passo do periódico no sentido de modernizar-se, no intento de adaptar seu norte editorial aos novos tempos da concentração jornalística e da imprensa empresarial que vinha se afirmando. Tal adaptação não foi simples, pois exigia avanços técnicos e tecnológicos nem sempre disponíveis ou adquiríveis para o periodismo local, de modo que a presença de ilustrações no diário equivalia a um esforço que o mesmo não teve condições de dar continuidade. Ainda assim, as onze caricaturas apresentadas por Alberto Pons bem refletiram as mais recorrentes práticas empregadas nessa arte naquela época. Sob tal olhar caricatural foram observadas circunstâncias e conjunturas que iam do local ao internacional, trazendo ao público leitor um registro imagético e joco-sério acerca de alguns dos principais episódios que marcaram aquele segundo semestre de 1917.



COLEÇÃO RIO-GRANDENSE

A **Cátedra CIPSH (Conseil International de la Philosophie et des Sciences Humaines/UNESCO) de Estudos Globais da Universidade Aberta** e a **Biblioteca Rio-Grandense** reuniram esforços para editar a *Coleção Rio-Grandense*. Mais meridional unidade político-administrativa brasileira, o Rio Grande do Sul, tem uma formação preñe em peculiaridades em relação às demais regiões do Brasil, estabelecendo-se uma sociedade original em vários de seus fundamentos. Da época colonial à contemporaneidade, a terra e a gente sul-rio-grandense foram edificadas a partir da indelével posição fronteiriça, resultando em verdadeira amálgama entre os condicionantes luso-brasileiros e platinos. A *Coleção Rio-Grandense* tem por intento fundamental a divulgação da produção intelectual acerca de variadas temáticas versando sobre o Rio Grande do Sul, com preferência para as abordagens de natureza cultural, histórica e literária.



UNIVERSIDADE
Aberta
www.uab.pt

**Cátedra CIPSH
de Estudos Globais**
2020-2025



**BIBLIOTECA
RIO-GRANDENSE**



ISBN: 978-65-5306-122-4